

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE, INICIADA NO DIA VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS-----

----- **ATA NÚMERO DEZ**-----

----- (Mandato 2021-2025)-----

----- Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnoso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Susana Maria Soares Paulo, Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira, Joana Vanessa Henriques Medeiro e Vitor Jorge Oliveira Martins. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Miguel Ângelo Ribeiro Henriques e Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno e Carlos Roque do Rosário Rêgo. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Ricardo de Carvalho Varela e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – José Leonardo Baptista Rodrigues. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** - Nuno Miguel Soares Gago Dourado Eusébio.-----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joana Medeiro.-----

----- Mário Joaquim Gomes Branco, que justificou a sua ausência e foi substituído por Vitor Martins.-----

----- Sérgio Machado Morais de Oliveira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ricardo Varela. -----

----- Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Aquino de Noronha. -----

----- Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Nuno Eusébio. -----

----- Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro. -----

----- Às vinte e uma horas, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, entrando-se no Ponto 2. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

----- (Continuação)-----

----- **Ponto 2 –Apreciação, discussão e votação do Projeto de Regimento das Comissões da Assembleia de Freguesia de Alvalade;**-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida.

----- **Membro José Ferreira (PS)** perguntou se o ficheiro que chegou em pdf era idêntico àquele que chegou em word. Tinha trabalhado em word e era só para garantir que seria idêntico. -----

----- Uma questão prévia que não tinha propriamente, tinha e não tinha, a ver com o texto que era proposto em relação às questões ligadas com a transparência. Era verdade que havia o artigo 12, dizendo que se não estivesse escrito no Regimento das Comissões

aplicava-se, com as adaptações necessárias, o Regimento da Assembleia, mas isso implicava meios no site da Freguesia, na transparência, que era a transmissão no canal youtube das reuniões das comissões, publicação no site transparência de convocatórias, ordens de trabalho, documentos, atas. As atas por transcrição das gravações, como eram nas Assembleias de Freguesia anteriores, não sabia se nesta também seriam, pelo menos as minutas de atas que foram distribuídas, mas que não foram discutidas pareciam realizadas por profissional da gravação. Também a abertura de um separador no site de transparência, onde essa documentação estivesse toda ordenada nos termos idênticos à restante. -----

----- Sobre o articulado em concreto, no número 3 do artigo 1, tinha uma dúvida sobre como se operacionalizava aquilo que era proposto. O que se dizia era o seguinte: -----

----- *“Para efeitos do número anterior, os partidos políticos e movimentos de cidadãos independentes representados na Assembleia escolhem as presidências que lhes caibam, por ordem de representatividade, a começar pelo com maior número de eleitos.”* -----

----- Perguntou como se operacionalizava isso, se era por deliberação conforme o previsto no número 4 do mesmo artigo. -----

----- No número 7 do mesmo artigo dizia-se o seguinte: -----

----- *“O Presidente da Junta de Freguesia pode participar, sem direito de voto, em qualquer reunião das comissões, podendo fazer-se representar pelo vogal da Junta de Freguesia com competências delegada na matéria da respetiva comissão.”* -----

----- Perguntou se isso era por convite ou assumia-se que era uma prerrogativa e um direito estabelecido de participação do Presidente da Junta, mais ou menos por similitude, embora não tivesse consequência idêntica, à das Assembleias de Freguesia, mas as Assembleias de Freguesia não podiam decorrer se o Presidente de Junta não estivesse presente. Aí não era exatamente o mesmo tipo de obrigação, mas dava-lhe o direito de presença em todas e queria perceber se era uma prerrogativa ou se teria de ser convocado. -----

----- Na alínea c) do número 2 do artigo 3º, faltava prever a perda da qualidade de Membro em caso de faltas injustificadas. Era verdade que o número 12 resolvia quase tudo, mas talvez fosse interessante prever qualquer coisa, caso houvesse faltas injustificadas de determinado Membro, perder essa qualidade. -----

----- No número 2 do artigo 4º, gostaria só de saber como isso se compatibilizava com o número 2 do artigo 1º e o número 3 desse próprio artigo. Os Membros eram indicados pelos partidos e movimentos com representação na Assembleia na primeira reunião da comissão que era convocada pelo Presidente da Assembleia. Como não havia uma comissão permanente de coordenação dos líderes de bancada, era saber como isso depois funcionava. -----

----- Basicamente o artigo 3º remetia toda essa coordenação para o Presidente da Assembleia, mas era para perceber qual o mecanismo. -----

----- No número 3 do artigo 10º, compreendia o espírito. Dizia que o Presidente de uma determinada comissão eventual era do partido ou movimento que propunha, o que fazia algum sentido e era verdade que todas as comissões eram aprovadas em Assembleia de Freguesia, mas podia haver a hipótese de se propor comissões em catadupa. As comissões eram aprovadas em Assembleia de Freguesia e sofriam o escrutínio de todos, mas não havia um mecanismo que pusesse algum travão. -----

----- Isso era uma situação limite, não sendo jurista, mas o Senhor Presidente era um eminente jurista, sabia que todos os regulamentos só serviam quando corriam mal, não quando corriam bem. Isso era um clássico. -----

----- O texto em si mesmo estava bem redigido, eram só estas explicações. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Aquino de Noronha (CDU)** foi-lhe concedida.

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que talvez o Regimento tivesse tido mais êxito se tivessem adoptado o sistema que houve anteriormente ao fazerem o Regimento da Assembleia de Freguesia. Provavelmente os grupos teriam debatido melhor e já levariam para ali um documento final. -----

----- Por princípio, concordava com algumas questões levantadas pelo Membro José Ferreira, mas queria repetir duas questões. -----

----- Era importante que as reuniões das comissões fossem transmitidas através do youtube. Um dos receios era que essas comissões pudessem, por vezes, ultrapassar as competências das próprias Assembleias de Freguesia e para evitar isso, talvez com a transmissão no youtube se pudesse diminuir essa possibilidade. -----

----- Outra questão era o pagamento das senhas de presença. Perguntou se era legal fazer-se isso. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Eusébio (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que havia uma dúvida colocada pelo Movimento, não era por si, porque a redação do Regimento estava clara, mas no Movimento colocaram essa dúvida. -----

----- Uma vez que a presença dos elementos dos partidos e dos movimentos de cidadania tinha a ver com a representatividade, tendo o “Mudar Alvalade” eleito apenas um Vogal, teria que ser sempre esse Vogal a representar o Movimento nas diversas comissões ou podia delegar noutras pessoas? Uma dúvida do Movimento. -----

----- Era o caso presente, estava em substituição do Membro Nuno Lopes e quem podia o mais, podia o menos. Se podia substituir o Nuno Lopes numa reunião de Assembleia de Freguesia, muito mais poderia substituir numa comissão de acompanhamento. A dúvida ficava. -----

----- Um elogio tinha a ver com a separação que era feita no diploma entre partidos e movimentos de cidadãos. Tinha gostado francamente disso, porque de facto não eram partidos, eram um movimento de cidadania. Embora os quisessem colar a um setor, a uma facção, eram um movimento de cidadãos, para resolução de problemas locais. Não queria dizer que os movimentos de cidadania não se pudessem estender a nível nacional, mas tinha as suas dificuldades, tinha os seus problemas e as suas dificuldades de implementação. -----

----- Em Portugal não havia muito a tradição de movimentos de cidadania e de uma sociedade civil participativa. Via-se por ali, não estava ninguém a assistir. Falavam em transmissões das comissões por youtube e o que perguntava era quem iria assistir, quem iria ligar o youtube. Se nem sequer assistiam às reuniões da Assembleia de Freguesia, muito menos iriam assistir às das comissões. -----

----- As pessoas iriam assistir àquilo que lhes interessava e via-se isso ali. Havia uma questão do Bairro São João de Brito, a pessoa foi ali, “vomitou” o seu problema e depois saíu, foi-se embora, não ficou para o resto da Assembleia. -----

----- De qualquer maneira, queria enaltecer e dar os parabéns ao autor do diploma. Ficavam muito agradados com essa separação, que era constante em todo o diploma, entre partidos políticos e movimentos de cidadãos independentes. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Vaz (Chega)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que tinha uma questão relativamente ao artigo 2º, ponto 1. Dizia que os partidos políticos podiam nomear um elemento e a pergunta era como o Membro Nuno Eusébio referiu, se houvesse dez comissões iria sempre o mesmo. À semelhança de outras Freguesias, eram nomeadas logo de entrada outras pessoas que constavam nas listas. Era a sua dúvida. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida. -----



----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que, em adenda às questões colocadas pelo Membro Aquino de Noronha, havia ainda uma outra dúvida, que por um lado, se prendia com aquilo que era o preceito e a legitimidade da própria Assembleia de Freguesia e que devia ser o trabalho das próprias comissões. -----

----- Isso porque no que dizia respeito ao artigo 9º alínea b), “*Verificar o cumprimento pela Junta de Freguesia das deliberações da Assembleia, podendo sugerir a esta as medidas consideradas convenientes;*” parecia-lhe que podia ser feito esse trabalho pelas comissões, mas tudo o que remetesse do ponto de vista deliberativo ou de indicação para fora da comissão, para o Executivo ou de outra natureza, devia carecer de ir à Assembleia de Freguesia. -----

----- Fazendo um paralelismo com aquilo que acontecia na Assembleia Municipal, onde também havia a metodologia e os princípios das comissões, essas comissões tinham um trabalho, mas tudo o que fossem recomendações e trabalho desenvolvido tinha que ir à Assembleia Municipal. -----

----- Podia-se aí balizar que o carácter vinculativo dessas decisões devia remeter-se para a Assembleia. -----

----- Não resistia a um aparte a propósito de uma intervenção que foi feita. A questão da participação devia levá-los a todos a refletir, não só naquilo que eram as instituições, mas o trabalho que faziam e a forma como se dispunham a fazer esse mesmo trabalho e como acabavam por valorizar os órgãos onde estavam e como também contribuíam para que eles tivessem efetivamente uma maior proximidade com as pessoas. -----

----- A título de exemplo dizer que ainda nessa semana, neste mesmo espaço, tiveram o auditório cheio para falar sobre a situação do Bairro São João de Brito. As pessoas mobilizaram-se. -----

----- Havia uma participação e uma cidadania ativa, a questão era como podiam conseguir captá-las para as várias áreas de intervenção no contexto. Isso era um desafio que tinham todos e uma responsabilidade que tinham todos e dependia da avaliação de todo o trabalho que faziam. -----

----- Pela parte da CDU procuravam dar dignidade aos órgãos onde estavam representados, valorizar esses mesmos órgãos e procurar ter um trabalho de proximidade com as populações. Era assim que as vinculavam àquilo que era o exercício das políticas públicas e que eram os órgãos públicos, nesse caso da própria Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha interpretado, e pelas palavras ditas retirava isso, que a Assembleia tinha manifestado uma vontade clara de desenvolver comissões e trabalho em comissões durante o mandato. A questão era rapidamente terem ali os instrumentos necessários para que isso pudesse acontecer de uma forma evidente. -----

----- A Assembleia tomou logo a iniciativa de criar duas comissões eventuais e sem terem o seu regime em funcionamento parecia mal e por isso não convinha adiar muito essa decisão. -----

----- Tomou-se ainda em consideração que no presente mandato a Assembleia de Freguesia tinha uma pluralidade muito grande de partidos políticos e de movimentos de cidadãos independentes e muitos com apenas um representante, o que significaria que se criassem ali muitas comissões tornariam a vida insuportável. Teria que haver situações complicadas de gestão dos próprios tempos, porque ninguém ali era profissional dessa matéria, estavam ali a dar o esforço para o serviço público a bem da Freguesia. -----

----- Três comissões seria perfeitamente justificável e se houvesse mais, por algum motivo especial, criava-se a possibilidade de haver sub-comissões ou grupos de trabalho e podia-se sempre resolver dessa forma.-----

----- A terceira apreciação geral era que as normas jurídicas estavam criadas e funcionavam, de acordo com a Constituição, como uma pirâmide legal, e isso significava que as normas de valor superior prevaleciam sobre as normas de valor inferior. Elas todas formavam uma unidade do sistema jurídico.-----

----- Isto apenas para dizer, que um regimento de umas comissões não tinha de ser algo de quatrocentos artigos, na medida em que o que não estava ali expressamente regulado era regulado pela norma superior, no seu entender só tinha que estar aquilo que era expressamente relevante para as comissões, tudo o geral estava por aí fora, nas normas de valor superior. Começava pelo Regimento da Assembleia de Freguesia, tinha a Lei das Autarquias Locais, com várias normas que se iam aplicar às comissões, e por aí fora. Portanto, não havia um vazio e era sempre possível, na falta de uma norma especial, ir buscar a norma geral, no Regimento da Assembleia ou na Lei das Autarquias Locais, ou eventualmente até na Constituição, que preenchessem o vazio que nalgum caso em que não se encontrasse um consenso entre os Membros da comissão para regular esse vazio jurídico.-----

----- Indo às perguntas concretas, este Regimento não era inovatório, apenas uma adaptação dos regimentos da Assembleia da República e da Assembleia Municipal de Lisboa, na parte relativa a comissões. Havia uma tentativa de procurar regras em outras fontes que já regulavam estas matérias e por isso estavam já consolidadas no ordenamento jurídico e eram conhecidas, com as adaptações necessárias à Assembleia de Freguesia e daí ter ênfase, como o caso de haver um movimento de cidadãos independentes, sendo necessário expressamente o referir.-----

----- Isto para dizer, começando pela primeira pergunta, como se fazia relativamente à nomeação das presidências e das mesas. O que estava parecia claro, mas tencionava reunir e, muito claramente, o primeiro a escolher era o PS, escolheria a comissão que entendesse, a seguir o PSD e depois o CDS. Eram as três maiores forças políticas ali representadas. Significava que no resto da mesa não repetiriam, em princípio, as vice-presidências seriam para aqueles que não tinham presidências. A CDU, a IL, o Chega, o BE, o MMA, corresponderiam aos restantes membros das mesas, para dar a pluralidade que se impunha nestas matérias.-----

----- Era assim que estava a pensar fazer, mas obviamente sujeito às outras apreciações. Por isso, tanto em relação ao número 3, como à constituição das mesas, o artigo 4º, era assim que tinha sido pensado fazer.-----

----- Relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia, sem nenhum desprimor para a Junta de Freguesia, mas eram comissões da Assembleia, e por isso funcionariam como comissões de qualquer assembleia, os Membros da Junta podiam lá ir, não eram obrigados a ir. Contrariamente ao que acontecia na Assembleia de Freguesia, em que eram obrigados a ir e tinham faltas se não fossem, numa comissão não acontecia isso. Iriam quando entendessem ou quando fossem para tal convocados por cada uma das comissões, podendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia delegar num Vogal da Junta de Freguesia relativamente às competências de cada comissão.-----

----- Se os membros da Assembleia faltassem às comissões era uma falta injustificada, a não ser que justificassem, o regime era o mesmo. Não estava aqui escrito por uma razão simples, porque se ele tivesse um número de faltas injustificadas suficientes para perder o mandato, perdia o mandato na Assembleia e também na comissão. Não era uma questão específica da comissão, ele perdia logo o mandato na Assembleia de Freguesia e, também, obviamente, na comissão.-----



----- Sobre muitas comissões era a Assembleia soberana, era a Assembleia que decidia. Ia decidir se queria estas três, já tinha decidido anteriormente criar duas comissões eventuais. Iria ponderar isso sempre que alguém, na sua liberdade, apresentasse a constituição de uma comissão permanente ou eventual, a Assembleia ponderaria se valia a pena ter mais uma ou se o assunto seria tratado dentro das três comissões permanentes existentes. -----

----- As senhas de presença estavam previstas, contava como presença numa reunião da Assembleia de Freguesia. -----

----- Quem tinha só um representante fazia como na Assembleia. Quando nomeassem para as três comissões por exemplo o Membro Nuno Lopes, o representante do MMA, se por algum motivo não pudesse estar presente em alguma reunião, fazia-se substituir, tal como acontecia na Assembleia e tal como para as outras forças políticas. -----

----- Em princípio, as comissões não eram criadas para se sobrepor à Assembleia de Freguesia, que estaria sempre para tomar as decisões, fazer a fiscalização da Junta de Freguesia. As comissões eram criadas para ajudar a Assembleia de Freguesia a fazer isso, tendo mais tempo para pensar nas coisas e levar à Assembleia de Freguesia já algo pensado, eventualmente até propostas da Assembleia e não estarem só a votar propostas da Junta de Freguesia. Era para isso que as comissões deviam funcionar, mas estava na disponibilidade dos eleitos discutir e tratar esses assuntos nas comissões. -----

----- Quanto à transparência, as mesas das comissões eram totalmente soberanas para decidir se eram públicas ou privadas, tal como estava previsto na Lei das Autarquias Locais. A Assembleia também poderia deliberar nalgumas situações especialíssimas que fosse privada, por alguma razão especial. Imaginem que uma comissão discutia um assunto difícil, pessoal, podia decidir que a sua reunião não era pública, desde que devidamente fundamentado. As mesas das comissões seriam soberanas para definir como isso se verificava e, por isso, também a necessidade que tinha colocado de ser avisado das reuniões, para poder tratar de todas as questões logísticas necessárias para as reuniões das comissões. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Manuel dos Santos (IL)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que louvava a iniciativa, já o tinham referido numa passada Assembleia de Freguesia. A dúvida prendia-se apenas com a periodicidade das reuniões de comissão. Isto numa ótica de registarem mais transparência e não caírem no erro, muitas vezes, de poderem desenvolver várias reuniões de comissão que por si só também podiam causar mais gastos financeiros e também a nível de recursos humanos. -----

----- A pergunta era muito nesse sentido, saber se havia alguma periodicidade estipulada no próprio Regulamento, se havia um limite para essas reuniões de comissão, para que não pudessem cair em excessos, que paradoxalmente podiam ser prejudiciais à própria Assembleia de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não estava previsto. As mesas das comissões, tal como a Mesa da Assembleia de Freguesia, eram livres de convocar e os Membros também podiam convocar reuniões. -----

----- Mais uma razão para o avisarem, se por exemplo houvesse duas reuniões de comissão ao mesmo tempo e sabendo que havia vários partidos políticos e movimento de cidadãos independentes com um representante, se houvesse três comissões a reunir ao mesmo tempo era impossível, a mesma pessoa não podia estar em três sítios ao mesmo tempo e, nesse caso, não se podia fazer substituir, porque já estava presente, senão estariam a multiplicar por três o número de Membros e isso não era possível, porque violava completamente a Lei das Autarquias Locais. -----

----- Por isso tinha que se fazer uma boa gestão, se quisessem marcar várias comissões no mesmo dia, aconselhava a que fosse uma de manhã e outra à tarde. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Projeto de Regimento das Comissões da Assembleia de Freguesia de Alvalade**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Disse que na próxima semana convocaria os Membros para marcarem e porem a funcionar as comissões, entrando de seguida no Ponto 3. -----

----- **Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 100/2022, relativa à aprovação pela Assembleia de Freguesia de Alvalade, das taxas devidas pela ocupação de espaços no “Mercado de Natal em Alvalade 2022”, previstas no Anexo III da 8ª edição do Mercado de Natal em Alvalade;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esta proposta resultava da necessidade e da continuidade da realização do Mercado de Natal, que já ia em sete edições e seria a oitava. -----

----- Como nos termos da Lei a aplicação e valor das taxas era decidido pela Assembleia de Freguesia, era em cumprimento da legislação que a proposta seria deliberada na Assembleia. -----

----- A justificação estava clara nos documentos anexos. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que essa proposta era em tudo similar às anteriores, mas nos termos, no entanto, verificava-se um aumento de 7% no preço/dia. Da última vez foi 57,90 euros por dia e passou a 62 euros. -----

----- Em tempos, o PSD e o CDS tinham falado numa coisa de taxas e taxinhas e da vergonha em Lisboa, mas verificava-se que afinal era só populismo porque depois no concreto faziam o que tinha de ser feito... era o Senhor Presidente? Houve quem falasse dessas coisas. -----

----- As taxas eram necessárias, não tinha nada contra, era só para lembrar que, de facto, o que foi dito no passado, afinal, depois no concreto, tinha que ser feito. -----

----- Era só isso que tinha a dizer, a nota dos 7% e questionar a razão de ter que ser assim. De todo o modo, o PS votaria favoravelmente. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Eusébio (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que o MMA também iria votar favoravelmente. Infelizmente os aumentos faziam parte do dia a dia, cada vez mais. -----

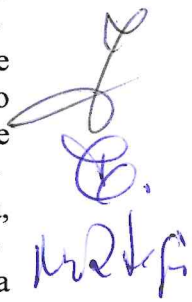
----- A questão era mais em relação à seleção dos comerciantes no Mercado de Natal. Se calhar não era neste ponto que iriam falar disso, mas também não estavam tão preocupados com a seleção dos comerciantes e sim mais preocupados em que fosse dada prioridade aos comerciantes de Alvalade no processo de seleção. -----

----- Não sabia se isso estaria salvaguardado. Não parecia que estivesse, mas se estava, era sempre bom lembrar. Prioridade para os dali. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida para interpelar a Mesa. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que não resistia a pedir ao Senhor Presidente da Mesa que recordasse a sua posição sobre o Direito Europeu, de dar benefício aos comerciantes locais. Recordava-se desse debate, em que o Senhor Presidente até de forma efusiva protestou, chamando o Direito Europeu a respeito de valorizar os comerciantes de Alvalade, em contraponto. Se recordasse essas palavras, gostaria que pudesse também recordar a Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que não era o autor da proposta. Já tinha sido da proposta anterior e chegava, mas não resistia a dizer duas ou três coisas.



----- Nunca tinha votado contra essa taxa. A subida de 7%, quando já se estava com uma inflação de 10% não era um aumento, era uma diminuição do valor da taxa. -----

----- O que tinha proposto na altura, era uma fórmula de o fazer sem ser violadora das normas europeias. Teimaram em não seguir e fazer algum *copy past*, mas nada podia fazer, era apenas um mero Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que a taxa de 62 euros se devia ao facto do valor da inflação em 2021 ter sido 1,3% e em 2022 estimavam que poderia ficar nos 6%. O Governo previa 4%, organismos internacionais diziam que podia ficar em 8%. Ficavam a meio caminho e foi essa a razão do valor do aumento das taxas. -----

----- Em relação à prioridade para os estabelecimentos da Freguesia, isso estava previsto no Regulamento e até tinham uma redução da taxa se fosse o caso de terem sede na Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que era tudo o que tinha dito. -----

----- Seguidamente, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 100/2022, relativa à aprovação pela Assembleia de Freguesia de Alvalade, das taxas devidas pela ocupação de espaços no “Mercado de Natal em Alvalade 2022”, previstas no Anexo III da 8ª edição do Mercado de Natal em Alvalade, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.** -----

----- **Ponto 4 - Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 102/2022, relativa à aprovação da modificação objetiva ao contrato e correspondente repartição de encargos no âmbito do procedimento referente à “Aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes e arvoredo sob gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo n.º 54/CPI/JFA/2019;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a proposta estava devidamente fundamentada. Houve a necessidade de reformular os critérios relativos aos contratos plurianuais. Pela razão dos contratos plurianuais terem vigência orçamental plurianual teriam que ser analisados e deliberados pela Assembleia de Freguesia. -----

----- A verificação técnica que os serviços acrescentaram, o Vogal responsável subscreveu e eram suficientes. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que, como sabiam os Membros da Assembleia de Freguesia, estava a decorrer um concurso público de publicidade internacional para a gestão dos espaços verdes e manutenção dos mesmos. -----

----- Durante o prazo de apresentação de propostas, os serviços e o júri repararam que havia um problema num dos fatores de decisão da candidatura, relativamente à fórmula do preço. Esse facto teve que ser corrigido no caderno de encargos e foi sugerido também pelo júri a prorrogação do prazo por mais trinta dias, para que os eventuais concorrentes tivessem tempo de se adaptar a essa correção. -----

----- Nesse sentido, e em virtude do novo contrato não poder entrar em vigor na data que deveria, decidiu-se prorrogar o prazo do contrato que estava em vigor e que foi contratado em 2020, por mais quarenta dias, para que não houvesse interrupção na manutenção dos espaços verdes na Freguesia. Nesse sentido a proposta era para que a Assembleia de Freguesia se pronunciasse sobre os encargos plurianuais que iam ser alterados no ano de 2022. Não havia acréscimo de custo, porque basicamente, era a prorrogação do contrato existente, o contrato novo que era para entrar em vigor não entrou e, portanto, não havia um acréscimo de custos. Era apenas a prorrogação desse prazo do contrato anterior para que os serviços pudessem ser prestados e a Freguesia não fosse prejudicada. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que então seriam duas propostas e não uma, a modificação objetiva do contrato de 2020 e a alteração da assunção de encargos plurianuais para os anos económicos 2020, 2021 e 2022. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal do Executivo Miguel Gonçalves** disse que era a assunção da alteração dos encargos plurianuais. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** perguntou se não estava a propor também a modificação objetiva dos contratos de 2020. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** explicou que essa competência era da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que então isso não estava ali à apreciação, a modificação objetiva era cortada da proposta e estava-se a aprovar-se apenas a alteração da assunção de encargos plurianuais. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que os contratos que estavam eram robustos e permitiam alguma elasticidade para quando as coisas não corriam tão bem e se conseguisse encaixar esta questão. Tinha chamado à atenção do assunto em dezembro para esse contrato, que acabaria no dia 31 de maio. -----

----- Votaria a favor, os espaços verdes e o arvoredo tinham que manter contratação, mas aquilo que a Junta decidiu e não estavam ali a deliberar foi alargar quarenta dias, que acabava daí a dois dias. Como não tinha visto a ordem de trabalhos da próxima reunião de Junta, mas que pensava ser dia 14, perguntava o que iria acontecer depois de dia 10, uma vez que a prorrogação que foi feita acabava daí a dois dias, se iriam ficar sem manutenção dos espaços verdes. Ou então iria ali outra alteração aos encargos plurianuais e o Executivo deliberaria outra extensão do contrato. Era a pergunta que fazia. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Eusébio (MMA)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que enquanto movimento de cidadãos entendiam, isso foi já referido pelo Membro Nuno Lopes, como por si, que havia um exagero na contratação de prestadores de serviços para tudo na Freguesia e um esquecimento do pessoal do quadro. -----

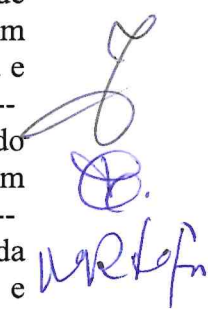
----- Na questão dos espaços verdes isso também se verificava e de facto não era o melhor ano para ajuizar da boa gestão dos espaços verdes, porque estavam num ano de seca terrível. Tinham que compreender que os espaços verdes não estivessem maravilhosos, mas não estavam bem. A manutenção não estava a ser bem conduzida e já várias vezes tinha sido pedido um estudo de viabilidade económica. -----

----- Perguntou até que ponto seria melhor contratar empresas prestadoras de serviços do que pugnar pelo pessoal existente. Veriam, ao discutir o mapa de pessoal, que também havia muitas vagas para preencher e se calhar também no setor dos espaços verdes. -----

----- Queria deixar este reparo ao Executivo, que olhasse mais para os trabalhadores da casa e esquecesse os externos, sabia que as prestações de serviços eram inevitáveis e tinham que recorrer a elas, mas talvez caísse um pouco no exagero. -----

----- Deixava também um conselho, que podiam aceitar ou não, mas quando se pensava em poder local, em autarquias locais e eleições para as autarquias locais, duas faces visíveis e que davam muitos votos aos partidos, eram precisamente os espaços verdes e a recolha do lixo. No caso da recolha do lixo nunca tinha estado tão mal e os espaços verdes não estavam bem, havia várias razões para não estarem bem. -----

----- Voltava a reforçar o pedido do estudo de viabilidade económica, para saber até que ponto estavam a ir pelo caminho certo, em recorrer tanto a prestações de serviços, porque eram áreas importantes. A cultura era importante, os concertos eram



importantes, mas isto também era muito importante e muito visível. Todos os dias chegavam queixas de fregueses relativamente à manutenção dos espaços verdes e sobre a recolha do lixo. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que essa matéria já tinha sido abordada, não tinha nenhum dogma sobre essa matéria. Aliás, nalgumas considerações até estava perfeitamente de acordo e subscrevia. -----

----- Acontecia que, ao contrário do que foi induzido, a Junta de Freguesia não tinha pessoal nos espaços verdes, não tinha jardineiros, nem pessoal competente, infelizmente, mas não tinha. Para ter, era preciso formação, ter recrutamento, considerar levar por diante alguns procedimentos necessários que demoravam tempo. -----

----- Para além disso, fez-se uma análise das vinte e quatro Freguesias de Lisboa, dos vários partidos políticos e, nuns com maior incidência, havia uma conjugação de modalidades, empresas e serviços próprios. Era nesse sentido que iriam caminhar, fazendo de facto um estudo e uma análise de custos/benefício. -----

----- Do ponto de vista de orientações políticas, acreditavam que a iniciativa privada podia ser muito mais eficaz e eficiente, porque não dependia de tantos recursos e também não competia ao poder político, de forma conjuntural, estar sempre a aumentar recursos e estabelecer quadros muito alargados de pessoal, porque depois era sempre um ónus e uma herança que se deixava para os outros. -----

----- Havia necessidades conjunturais que não deviam ser tidas como estruturais. -----

----- No caso da higiene urbana e dos espaços verdes, essa ponderação estava a ser feita. No caso da higiene urbana, já vários relatórios foram avançados e havia uma escassez muito grande de recursos. Não se podia alargar indefinidamente o quadro de pessoal, mas no caso dos espaços verdes, nem essa possibilidade tinham, porque não existia pessoal especializado para prestar esse tipo de serviços. -----

----- Não tinha nada contra, antes pelo contrário, com o espírito aberto e pensando que podia vir a ser uma resposta mais eficaz e eficiente se houvesse uma conjugação entre as empresas contratadas e respostas mais diretas e imediatas do pessoal que viesse a constituir uma equipa, nem que fosse pequena. Havia Freguesias que tinham esse modelo e se funcionassem melhor, teriam que aprender com aqueles que faziam melhor, não havia qualquer preconceito, nem arrogância nessa matéria. -----

----- Veriam se era possível fazer-se assim e no próximo ano começar a pensar nisso. No presente ano, o Orçamento estava em vigor, herdou-se um conjunto de recursos que estavam e não foi possível alterar grandes coisas. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida. -----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que a eventual prorrogação, mais uma vez, do prazo, em relação à manutenção dos espaços verdes, podia vir a acontecer, mas garantia que a Freguesia não iria ficar sem manutenção dos espaços verdes. Poderia ter de haver essa prorrogação, em virtude do trabalho que o júri estava a realizar para fechar o relatório final. As empresas estavam em alerta, se fosse necessário, para manter a manutenção dos espaços verdes. -----

----- Relativamente à qualidade dos espaços verdes, nesta altura era normal que, em virtude da falta de água, não estivessem os relvados verdes, mas tinha que haver mais cuidado com os gastos de água excessiva para regar relvados. Era preocupação ambiental que o Executivo passava às empresas que geriam os espaços verdes. Não estavam nas condições que gostariam, mas havia a fatalidade de falta de chuva e não se podia lutar contra isso. O fundamental era preservar o recurso hídrico para o consumo humano. -----

----- A recolha do lixo era responsabilidade da Câmara e, como sabiam, tinha havido várias greves no posto da higiene urbana. Havia algumas limitações nessa recolha e aí a Junta de Freguesia não podia atuar, o que lhes competia era a limpeza e a varredura dos lixos, na recolha dos lixos era a Câmara Municipal mas tinha havido greves e problemas em virtude dessas greves, não só na Freguesia de Alvalade mas em toda a Cidade de Lisboa. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 102/2022, relativa à aprovação da modificação objetiva ao contrato e correspondente repartição de encargos no âmbito do procedimento referente à “Aquisição de serviços de manutenção e conservação de espaços verdes e arvoredo sob gestão da Freguesia de Alvalade” – Processo n.º 54/CPI/JFA/2019**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 2 votos contra (CDU), 1 abstenção (BE) e restantes votos a favor. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida para uma declaração e voto. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Na verdade os eleitos da CDU há algum tempo e por uma questão de coerência temo-nos vindo a manifestar neste modelo de gestão dos espaços verdes. -----*

----- *Acreditamos que a eficácia e a melhoria daquilo que é a manutenção desses mesmos espaços passa por aquilo que é de forma progressiva e gradual a manutenção através de meios próprios das Juntas de Freguesia. Dissemo-lo anteriormente e reafirmamos aqui. -----*

----- *Embora não seja um modelo de prática na cidade em várias Juntas de Freguesia, não quer isto dizer que não possamos nós em Alvalade tomar essa mesma iniciativa. Iniciativa essa que traz inevitavelmente ganhos para a Freguesia, mais que não seja porque nos últimos anos o modelo adotado é o privado e não somos nós que dizemos, são as pessoas na rua que dizem que efetivamente os espaços verdes não têm tido o cuidado que deveriam ter. -----*

----- *Por isso há que começar e tomar iniciativas de se poder dotar a Junta, como disse gradualmente, não é uma coisa de um dia para o outro. Nós já em tempos demos este benefício da dívida, pensamos que atrás e para o futuro os sinais não têm sido de uma mudança com os “Novos Tempos”, como lhe quiserem chamar, e como tal fazemos através do nosso voto aqui que é efetivamente uma opinião contrária neste modelo de gestão dos espaços verdes na Freguesia.” -----*

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 112/2022, relativa à proposta de celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Gebalis, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Centro Social e Paroquial do Campo Grande e a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, com vista à celebração de atividades e projetos no Bairro das Murtas;**

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que este protocolo visava assegurar um conjunto de atividades e iniciativas, estabelecendo uma parceria entre as instituições que mais diretamente tinham prestado um serviço de interesse público à comunidade em prol da inclusão e contra o preconceito e a xenofobia, a que muitas vezes essas comunidades estavam sujeitas. -----

----- Após o ZIP-ZIP houve alguns intervalos. Nas reuniões que tinham no âmbito da comissão social de Freguesia e em particular com o Centro Paroquial do Campo Grande, uma das instituições que mais diretamente e de forma mais regular e permanente tinha acompanhado a comunidade desse bairro, verificava-se a necessidade



inquestionável das instituições públicas de assegurarem esse apoio e essa continuidade, sob pena de se criarem problemas e vulnerabilidades maiores ainda.-----

----- Nesse sentido, a Junta de Freguesia tinha um papel de parceiro, de promotor, não se substituindo às instituições, apoiava essas instituições e em especial a Associação de Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, que já tinha currículo e provas dadas nesses domínios.-----

----- Este protocolo também devia ser analisado e deliberado pela Assembleia de Freguesia porque tinha uma incidência orçamental 2022/2023.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Vaz (Chega)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que gostava de fazer um pequeno preâmbulo, os ciganos vieram para a Península expulsos por Solimão, o Magnífico, em 1512, quando nos territórios da Áustria, da Hungria, da Roménia, os miúdos eram raptados para incorporar no exército de Solimão.-----

----- Foi-lhes dada a cidadania em 1822, faz 200 anos, eram tão portugueses como qualquer um, tinham os mesmos direitos e os mesmos deveres. Havia ciganos perfeitamente adaptados, como por exemplo o Doutor Carlos Miguel, Secretário de Estado da Administração Local, e não via qualquer problema em serem aceites pela sociedade em geral. Antes disso, foi Presidente da Câmara de Torres Vedras por eleições, foi reeleito, uma pessoa a todos os títulos notável. Por acaso era elemento do PS, porque havia ciganos que não eram do PS.-----

----- Esta Associação de Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas estaria sediada no Seixal e não em Alvalade, não percebia muito bem como aparecia aqui.-----

----- Por exemplo, todas as pessoas que chegaram dos PALOPs, as mulheres de modo geral que chegaram nos últimos 50 anos, estavam bem integradas no País.-----

----- Qualquer pessoa sabia que uma miúda com doze ou treze anos era retirada da escola, era aceite por quase toda a sociedade, pelo Chega não, eram retiradas da escola porque tinham que casar. Podia dar exemplos vários que aconteceram em escolas que conhecia.-----

----- Era isso que devia haver, uma tentativa de convencer os pais ou os patriarcas da comunidade a meterem os miúdos nas escolas para serem formados dentro da cidadania normal, de ter os direitos e os deveres iguais.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que seria exatamente esse um dos objetivos da proposta, quando se lia o seu ponto 3.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que subscrevia o que o Senhor Presidente da Mesa acabou de dizer.-----

----- O PS votaria favoravelmente o protocolo, saudava que a Junta de Freguesia tivesse deliberado renovar o protocolo que já ocorria no mandato anterior. Tinha sido um trabalho muito importante que o Centro Paroquial, a Junta de Freguesia, a Gebalis e a Associação de Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas faziam no território e em particular no Bairro das Murtas.-----

----- Quem lesse a Informação do Presidente da Junta veria que houve um conjunto de interações durante este período.-----

----- Caracterizar um grupo social com base em casos era uma ideia xenófoba.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Eusébio (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que tivera o cuidado de ler o protocolo com muita atenção e até tinha gostado da generalidade do que lá viu. Gostava também porque era barato, 30 mil euros por ano, e pelo tipo de iniciativas que via lá descritas, iniciativas que subscreveria e tentaria cumprir.-----

----- A verdade era que, desde que estava nestas funções de substituto, já era o segundo projeto deste género que lhe passava pelas mãos. Um foi de uma associação sediada na Rua da Madalena, que nem sabia como ficou essa discussão, agora era a Associação das Mulheres Ciganas do Seixal, que estava em parceria com o Centro Social e Paroquial do Campo Grande, com a EMEL. Era engraçado ver que a EMEL também se preocupava com estas questões... era a Gebalis. -----

----- A sua preocupação era no sentido de evitar a discriminação positiva. Não dizia que este projeto público tinha uma discriminação positiva, mas havia que chamar à atenção que foi dito ser um trabalho meritório da associação e acreditava que sim, que foram efetuadas determinadas atividades muito importantes, mas a verdade era que nunca se viu tanta discriminação e tanta estigmatização como atualmente. As pessoas não só, não se sentiam à vontade com a comunidade cigana, falando dos fregueses de Alvalade, como também não se via e tivera o cuidado de perguntar a várias pessoas, se notavam alguma evolução em termos da inclusão dos ciganos na comunidade, em termos das mulheres ciganas, se notavam alguma evolução em termos da sua inserção na sociedade, no respeito pelos seus valores, mas ao mesmo tempo a sua inserção na sociedade. Toda a gente foi unânime em dizer que não, que cada vez havia mais estigmatização, cada vez mais sentimento anti-cigano e cada vez os ciganos eram mais discriminados na sociedade. -----

----- Obviamente que iria votar a favor deste projeto, mas gostaria de deixar este reparo, tentar fugir às discriminações positivas, que eram igualmente perigosas, conducentes a sentimentos de xenofobia e de racismo. Ajudar por ajudar, ou pôr palavras bonitas num projeto, acabava por ser pouco, e era também muito importante saber o que essas associações depois apresentavam em termos de resultados. Não tinham que ser bons, não estava a exigir bons resultados, não estava a exigir que dentro de um ano toda a gente estivesse integrada e que houvesse inclusão total, que fossem todos felizes. Não era nada disso, queria saber os resultados maus e perceber porque falharam, porque sabia que muitas dessas coisas iam falhar, portanto, saber o que falhou e o que se podia fazer melhor. -----

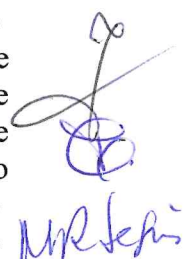
----- Havia uma dúvida em relação à participação da igreja evangélica no Bairro das Murtas. Não tinha nada contra. Se realmente a comunidade do Bairro das Murtas se sentia confortável e apoiada com a igreja evangélica seriam os primeiros a ser favoráveis a essa situação, mas sabiam que a igreja católica tinha trabalhado muito com a comunidade cigana. Muito antes destas questões serem faladas pelos partidos já existia a Pastoral Cigana, que se calhar, não tinha tantos protocolos e fez muito pela integração da comunidade cigana. Se calhar não tinha feito o suficiente, porque essa comunidade continuava a não estar integrada e as pessoas continuavam a assobiar para o lado, a achar que fazendo projetos bonitos conseguiam chegar à inclusão. -----

----- O MMA não era contra os projetos, não era especificamente contra este projeto e até o achava muito bom, mas queria depois ver os resultados. Queria saber o que se conseguiu e o que se melhorou. Se calhar daí a um ano estavam outra vez a conversar e a ver se realmente havia mais inclusão ou se estavam exatamente na mesma, como cinco ou dez anos atrás. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que tinha ficado incomodado com algumas declarações e teria de dizer qualquer coisa. -----

----- O empirismo, essa ideia de que achavam conseguir avaliar um problema social complexo de centenas de anos simplesmente porque achavam, era uma das doenças que fomentava o xenofobismo, porque se achava que com uma apreciação conseguiam



caracterizar o assunto A ou o assunto B. Havia pessoas que tiravam teses de mestrado e faziam teses de doutoramento com um estudo sociológico sobre essa temática ou outra.

----- Caracterizar alguém porque empiricamente se achava que as coisas eram assim ou “assado”, isso incomodava-o profundamente. Era o que fomentava a xenofobia e as ideias pré-concebidas. -----

----- Sobre a igreja evangélica e a confusão de estar num protocolo onde estava também o Centro Paroquial do Campo Grande, era de quem não conhecia de todo a comunidade cigana das Murtas e não sabia sequer o que era a igreja evangélica que lá estava, qual a sua relação com o Centro Paroquial do Campo Grande, que era da igreja católica, e como tudo funcionava. Era de quem não conhecia o que estava a falar. -----

----- Pedia desculpa porque o incomodaram estas intervenções e tivera de intervir. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que também não queria deixar passar este tema. A intenção não era falar, mas era com alguma surpresa que assistia a algumas intervenções na Assembleia. -----

----- Não iria entrar na discussão do protocolo em si, aquilo que eram os objetivos e que estava definido, porque ele parecia ser exemplificativo e inclusive, fazia uma análise e uma referência àquilo que foram os resultados do protocolo que o antecedia. Tinha participado no anterior Executivo, onde esse primeiro passo foi dado. -----

----- Estar a entrar no detalhe desse tipo de discussões, era estar a fomentar algo que lhe parecia ser inexplicável e não exigível, que era entrar nessa estigmatização ou nesse contexto mais homofóbico, quando na verdade, o que devia estar a ser discutido, era a política de ação social para a Freguesia. -----

----- Essa medida já vinha do anterior Executivo, numa política de ação social. A próxima proposta que tinham na reunião era uma política de intervenção também na área da ação social, do Fundo de Emergência Social, como outras propostas que também já vieram aqui para outras áreas territoriais da Freguesia, para outros objetivos de intervenção, de outro grupo social. Era isso que os devia centrar ali, ao contrário de procurar apontar o dedo, de dividir ou dizer que um ou outro eram, infelizmente, alvos de algum tipo de discriminação. -----

----- O que lhe parecia importante era, efetivamente, poderem procurar no contexto da realidade e da diversidade existente na Freguesia, dar resposta às diferentes áreas. Essa era uma delas e ali estariam, não só para validar as boas propostas, como também para procurar promover de forma positiva, acrescentar e apresentar propostas também para essa área. Obviamente que votariam a favor da proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 112/2022, relativa à proposta de celebração de protocolo de colaboração entre a Freguesia de Alvalade e a Gebalis, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Centro Social e Paroquial do Campo Grande e a Associação para o Desenvolvimento das Mulheres Ciganas Portuguesas, com vista à celebração de atividades e projetos no Bairro das Murtas, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 1 abstenção (Chega) e restantes votos a favor.** --

----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 115/2022, relativa à proposta de adenda ao contrato de delegação de competências com a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esta proposta estava devidamente fundamentada e resultava da deliberação da Assembleia Municipal, manter e alargar o FES. Algumas medidas tinham sido previstas num contexto conjuntural relativo ao

Covid, mas verificava-se que era justificada a necessidade de continuar a concretizar esse tipo de medidas. -----

----- Os CDCs eram da competência da Assembleia de Freguesia e era nesse contexto que se apresentavam para serem analisados e deliberados. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** saudou essa adenda a um protocolo que já ia do anterior mandato, naturalmente adaptado às circunstâncias atuais. Dava os parabéns ao Executivo por apresentar esta proposta e aditando um mecanismo que já tinha ido à Assembleia de Freguesia e vinha do anterior Executivo. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que a CDU iria acompanhar esta proposta e gostaria de destacar algo que parecia importante. -----

----- O mecanismo do FES, ainda antes do Covid, era uma ferramenta que na Freguesia de Alvalade não era utilizada, porque os pressupostos e as regras que o mesmo definia o tornavam impraticável. Com a introdução do FES-Covid, num regime especial, foram feitas algumas alterações nesse regime, que procuraram e permitiram a uma Junta que não executava um contrato do FES, passar a executá-lo. -----

----- Situações tão simples, como a retirada do limite mínimo da taxa de esforço das famílias, permitiu que um conjunto de fregueses e de famílias de Alvalade, na altura numa situação ainda mais complicada com a questão da pandemia, pudessem usufruir e beneficiar deste fundo de emergência. -----

----- A versão que tinham ali, e daí também o congratular, não ia mais nem menos àquilo que os eleitos do PCP e da CDU, tanto a nível da Freguesia, como da Câmara Municipal, foram reivindicando, que no contexto daquilo que devia ser uma revisão das regras e uma avaliação do fundo, da sua utilização, que pudessem fazer uma renovação e procurar, ao contrário do que acontecia antes, haver Freguesias que não podiam executar e outras que efetivamente executavam. Isso não era demonstrado como uma questão social ou demográfica. -----

----- Existia muito desconhecimento e acima de tudo, o que tinha a nova proposta, com a qual se congratulavam, era que procurou replicar aquilo que eram as medidas do regime extraordinário do FES para o regime regular, permitindo dessa forma, que as pessoas que em tempo não eram elegíveis, fossem elegíveis. -----

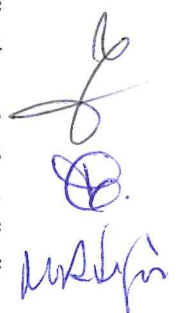
----- Era uma ferramenta importante dentro de uma política de intervenção social que capacitava e ia ao encontro de outro grupo de fregueses e de outras pessoas. Tinha essa capacidade e essa emergência. -----

----- Tiveram oportunidade de contribuir no processo dessa renovação e dava também o mérito aos técnicos e trabalhadores da Junta de Freguesia na área social, que eram eles também a ter um criterioso cuidado na análise dos processos e da avaliação dos casos, no encaminhamento e na resposta que era dada a essas pessoas em situação de vulnerabilidade. Esse mérito também era dado a eles, assim como ao Executivo, que aceitou essa delegação. Portanto a CDU votaria favoravelmente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 115/2022, relativa à proposta de adenda ao contrato de delegação de competências com a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares**, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

----- **Ponto 7 - Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 116/2022, relativa à alteração do mapa de pessoal dos serviços da Freguesia;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----



----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que em relação aos recursos humanos e pessoal da Junta de Freguesia de Alvalade havia dados muito concretos e até uma análise comparativa com outras Juntas de Freguesia, que revelava haver faltas e algumas muito claras.-----

----- Por exemplo face aos problemas crescentes e ao domínio da intervenção das Freguesias na área social, não fazia sentido, porque não era suficiente e porque era necessário, que existisse apenas no quadro duas assistentes sociais.-----

----- Na área da cultura, tendo uma biblioteca em funcionamento, muito embora irregular e do ponto de vista legal com algumas fragilidades, também só havia duas pessoas para a cultura, abrangendo um conjunto de atividades e iniciativas que não eram suficientes.-----

----- Havia um conjunto de necessidades que as Juntas de Freguesia foram absorvendo, pensava que bem, mas não se faziam “omeletes sem ovos” e não se podia acrescentar as competências, as responsabilidades e atribuições e depois não ter os meios e os recursos adequados.-----

----- Era verdade que, depois, do ponto de vista estrutural, não fazia muito sentido, e havia que ter cautela e ponderação, aumentar os quadros de uma forma exagerada porque havia atividades conjunturais que podiam ser estabelecidas e responsabilidade do poder político conjuntural, que na altura os eleitores confiaram para levar por diante o projeto sufragado.-----

----- Quanto a outras matérias, nomeadamente de cariz mais estrutural, eram facilmente identificáveis e compreensíveis por todos. Justificava-se a alteração do mapa de pessoal.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Tesoureiro** foi-lhe concedida.-----

----- **O Senhor Tesoureiro** disse que este ponto era o corolário, não definitivo, mas de nove meses de trabalho, desde a tomada de posse, em finais de outubro de 2021. Foi-se evoluindo na matéria de deteção de necessidades, também algumas mudanças que se registaram nos quadros da Junta, nos diversos serviços, na deteção por vezes de necessidades que queriam corrigir de imediato para melhorar a prestação junto dos fregueses, para melhorar os serviços, para melhorar o atendimento e que até ali tinham sido dificultado, pela necessidade de apresentar esta alteração à Assembleia.-----

----- Não era um ponto em que dissessem ser uma renovação do que foi feito no passado, era uma alteração nova que ali levavam.-----

----- Pegando nalgumas intervenções que já foram feitas, de diversos quadrantes políticos, fosse porque em determinados momentos houve uma crítica em que havia muitos prestadores de serviços. Intervenções por exemplo da CDU, em que incentivavam à necessidade de haver mais funcionários em áreas diferentes. Fosse à direita ou à esquerda, tinham vindo a detetar e a concordar com a necessidade de alterar.-----

----- O Executivo, como responsável que era e a que tinha o orgulho de pertencer, porque tinha um líder que delegava e permitia que a sua equipa falasse, não era só uma pessoa a falar, o que também lhe parecia relevante, levava ali, depois de uma alteração já efetuada, mas mais de imagem, do quadro utilizado, quando tomaram posse. Fez-se um trabalho de pesquisa junto das entidades que regulavam esta área do recrutamento, dos mapas de pessoal, nomeadamente a DGAL, tudo o que tinha a ver com os recursos humanos.-----

----- Houve um cunho pessoal e foi aprovado na Assembleia essa primeira imagem do quadro que foi alterado. O que se apresentava agora era a possibilidade de poder dotar as equipas e os serviços com os recursos que, após os nove meses, consideravam ser necessários.-----

----- Havia coisas que queriam fazer e não conseguiram, houve também mudanças de alguns efetivos. Recursos humanos não era algo estanque, o mapa de pessoal não era

algo estanque e nenhuma entidade, fosse ela pública ou privada, podia gerir um mapa de pessoal sendo ele estanque. -----

----- Precisavam de recrutar pessoas, de ter a oportunidade de fazer mobilidade de pessoas de uns serviços para os outros, até pegando nas características de cada um e tentando otimizá-las. Pessoas que tinham funções, mas que revelavam um perfil de liderança e que podiam por exemplo vir a exercer essa liderança em termos de equipas. --

----- Tudo isso foi detetado durante os nove meses e continuaria a ser detetado e isso obrigava, no bom sentido, a apresentar esta proposta de alteração do mapa de pessoal que estava detalhada em termos numéricos e em termos de áreas da Freguesia, que se pretendia alterar e nas lacunas que sentiam precisar de corrigir e melhorar. Também aí alguns alertas que foram feitos em algumas áreas pelos Membros da Assembleia, que tinha de se melhorar em termos de serviço. -----

----- Até aí quiseram, mas não tinham conseguido, porque não podiam fazer sem haver essa alteração em sede de Assembleia de Freguesia. -----

----- Também parecia muito relevante que fosse um trabalho efetuado não unicamente pelo Executivo. Durante os nove meses foi criado um grupo de trabalho com os funcionários da Junta, aqueles que se considerou, fosse porque trabalhavam em áreas onde sentiam na pele e em primeira instância, a necessidade de fazer alterações, de recrutar mais pessoas, de existirem pessoas com outro perfil. -----

----- Como era apanágio do Executivo, os recursos humanos que estavam a propor alterar, foram-se enquadrando nas áreas, foi-se sentindo que havia a necessidade de recrutar ou de fazer mobilidades internas e resultou neste trabalho que tinham para avaliação e decisão. -----

----- Podia detalhar um pouco mais as mudanças que queriam fazer, embora no mapa que acompanhava a proposta podiam ver as notas onde estavam as propostas mais em detalhe, aquilo que queriam fazer, como tencionavam fazer, tudo enquadrado dentro das normas legais que regiam esse tipo de trabalho que estavam a apresentar.-----

----- Queria também dar nota que fizeram uma avaliação do que isso significava em termos orçamentais. Começou-se o ano 2022 com um Orçamento em termos de despesa de pessoal na ordem dos 2.856.469,91 euros e com o novo mapa de pessoal que se apresentava para avaliação da Assembleia havia uma variação positiva, um acréscimo, na ordem dos 132.591,45 euros. -----

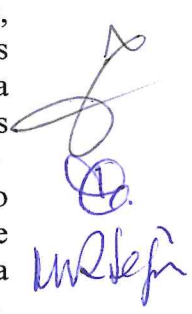
----- Fez-se também esse trabalho para o Orçamento inicial de 2023 e tendo em conta esta alteração, mais o aumento do salário mínimo nacional para os 750 euros, significava que teriam um acréscimo de 46.801,24 euros, passando a barreira dos três milhões em despesas com pessoal. Estavam a falar, fosse dos vencimentos, fosse da segurança social, fosse dos impostos inerentes ao pagamento dos salários aos funcionários. -----

----- Para uma primeira intervenção tinha percorrido os pontos mais relevantes do trabalho feito até aí. A proposta em detalhe refletia mais aquilo que era o plano de atividades, as opções do plano, fosse para o ano que estava a decorrer ou fosse para 2023, ou mesmo para as ideias que tinham para o mandato, de uma forma total.-----

----- Havia necessidades que visualizavam, para isso precisaram de começar a trabalhar, de ter iniciativas, de fazer eventos, de tomar medidas e implementar políticas. Com base em tudo isso, fez chegar a estas conclusões transversais a todos os pelouros do Executivo, a todas as pessoas que estavam ali representadas e que lhe cabia a si apresentar. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** agradeceu as explicações.-----



----- O Senhor Tesoureiro dizia que este mapa cumpria a legislação aplicável e, tanto quanto lhe parecia, não cumpria. -----

----- Procurando facilmente, se chegava ao site da Direção Geral da Administração e Emprego Público, onde se explicava o que devia constar no mapa de pessoal: -----

----- “Número 1 – Atribuição, Competência ou Atividade que visa cumprir ou executar – cargo, ou carreira e categoria que lhe correspondem – área de formação académica ou profissional que os ou as trabalhadoras devem ser titulares – perfil das competências transversais da respetiva carreira ou categoria com as competências específicas nos postos de trabalho.” -----

----- Podia-se consultar também os artigos 29 e 30 da Lei 35/2014, a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, para perceber qual a informação que devia constar. No número 2 do artigo 29, alíneas a), b), c) e d), descrevia-se exatamente aquilo que estava no site da Direção Geral do Emprego Público e isso não constava do mapa. -----

----- Talvez pudessem ver o mapa de pessoal que foi apresentado na Câmara Municipal de Lisboa e na Assembleia Municipal pela atual Vereação. Se consultassem, veriam que essa informação estava lá. -----

----- No mapa apresentado não constava a área de formação académica ou profissional. Não indicava claramente qual a carreira ou categoria, subentendia-se. Não se percebia a alocação de trabalhadores a funções, como era no caso do serviço de educação, desporto e juventude, uma vez que havia claramente uma diferença entre os trabalhadores que eram alocados ao desporto e os que eram alocados à educação, nomeadamente nos jardins de infância da rede pública. -----

----- Não se esclarecia qual era o regime de contrato, se era por tempo indeterminado, por tempo resolutivo incerto ou outros regimes que o Executivo pudesse jogar mão, desde que estivessem previstos na Lei. Eram feitas notas, mas não se sabia quantos postos de trabalho eram de um regime ou de outro, ou quantos assistentes operacionais do serviço de higiene urbana eram auxiliares de limpeza ou cantoneiros de limpeza. ----

----- Não se sabia quantos trabalhadores estavam em mobilidade ou em comissão de serviço ou cedência de interesse público. Havia várias notas, mas não se facilitava a perceção das vagas realmente disponíveis. -----

----- Assim, o mapa apresentado não parecia cumprir a forma legal, pelo que apelava, em primeiro lugar, ao Executivo, para retirar a proposta e ter oportunidade de a reformular de acordo com a Lei. -----

----- Em segundo lugar, apelava ao Senhor Presidente da Assembleia para que reforçasse este entendimento, para que as propostas apresentadas à Assembleia estivessem conformes com a Lei. -----

----- Não estavam a discutir se o Executivo entendia dever ter essa quantidade de recursos ou outra, isso dependia do plano de atividades e da política que queriam implementar. Não ia entrar nesse debate. Algumas coisas diria nas quantidades mas se entendiam ser necessário, podia não concordar com o plano de atividades, mas ele estava aprovado e tinha que ser executado. -----

----- Quanto às quantidades, verificava-se um crescimento de um posto de trabalho de assistente operacional no serviço de higiene urbana, não se percebia se era auxiliar de limpeza ou cantoneiro de limpeza. Perguntou se, ao aumentar um assistente operacional no serviço de higiene urbana para 50, também não se deveria subir o número de encarregados operacionais, uma vez que se devia cumprir o ratio de um encarregado operacional, para cada dez assistentes operacionais, conforme estava previsto no artigo 88 da Lei 35/2014, a Lei Geral do Trabalho em funções Públicas. Perguntou se isso não taria consequência orçamental. -----

----- Criava-se a situação de ser necessário mais um encarregado operacional, que não estava previsto no mapa, porque dizia o artigo 88 que se devia apontar para um ratio de um encarregado operacional, para cada dez assistentes operacionais. -----

----- Não se conseguia perceber, entre os assistentes operacionais do desporto e da educação, estavam todos numa só linha do serviço. No anterior mapa estavam separados, conforme as funções, e essa era uma das características que o mapa devia ter, conforme descrevera anteriormente e que esse mapa não tinha. -----

----- Parecia haver uma redução de três vagas de assistentes operacionais, supunha-se que fosse na educação. Eram as vagas que estavam para contrato de termo resolutivo incerto. Os auxiliares que seriam mobilizados para apoio de crianças com necessidades especiais, cuja atribuição era feita anualmente e por isso, era nesse regime. Quando havia uma criança com uma necessidade era alocado um assistente operacional, mas para aquele ano, tanto que a Junta era ressarcida desses custos que iam do Ministério da Educação, através da Câmara, mas só eram ressarcidos esses, em concreto, para as auxiliares de ação educativa, para as necessidades especiais, caso tivesse sido aprovado. -----

----- Eram reduzidas essas vagas, fazendo com que, quando existisse essa necessidade, a Junta teria de jogar mão num contrato de prestação de serviços. Era a única forma depois, não estando no mapa de pessoal, mas sendo preciso, porque a criança estava numa turma de jardim de infância, era necessário colocar um auxiliar de ação educativa. -----

----- Este mapa de pessoal implicitamente dirigia essa contratação para regime de prestação de serviços, vulgo recibos verdes, pelo que o mapa de pessoal proposto parecia fomentar a precariedade nas relações de trabalho e invertendo o caminho que vinha sendo percorrido. -----

----- No anterior permitia, embora não fosse um contrato sem termo, mas permitia um contrato de trabalho em funções públicas. Um dos problemas que acontecia era que se fazia um concurso, havia uma reserva de recrutamento e depois, quando se fosse buscar, por exemplo, para uma baixa de alguém que estivesse no jardim de infância, essa pessoa perdia a reserva de recrutamento. -----

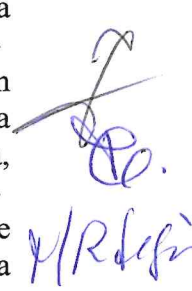
----- Pouco tempo atrás, a Secretária de Estado do Emprego Público referiu que se ia alterar, exatamente para não queimar as reservas de recrutamento com essas substituições, em caso de alguma falha das auxiliares, e essas pessoas tinham que estar permanentemente nas escolas. -----

----- Alterou-se esse procedimento, criando essas vagas para permitir que a relação de trabalho fosse em emprego público e o que iria acontecer era que a Junta passaria a contratar mais a recibos verdes. -----

----- Verifica-se mais um técnico superior nas Finanças, outro na cultura, mais um assistente operacional no serviço de higiene urbana, não se sabia se auxiliar de limpeza ou cantoneiro de limpeza, mais um fiscal e um assistente operacional na economia, menos três assistentes operacionais na educação e desporto. -----

----- O Senhor Tesoureiro tinha referido um conjunto de valores, era uma pergunta que tinha, se tinha impacto orçamental. Parecia ter, mas não era apresentada nenhuma revisão orçamental, admitia que se conseguisse fazer em alteração, ou então que as entradas só se fizessem no próximo ano, uma vez que tinham de ser feitos os concursos públicos necessários. -----

----- Parecia querer dizer que tinha espaço orçamental, dizia incluir o aumento do salário mínimo para 750 euros, mas não dizia que incluía o aumento dos assistentes técnicos que iria vigorar com retroativos a partir de janeiro e que provavelmente no próximo ano teria outro aumento, bem como o aumento dos técnicos superiores também já anunciado, a partir de janeiro de 2023. -----



Handwritten signature and initials in blue ink, located on the right side of the page, overlapping the text.

----- Acrescia que pensava ser um ano de SIADAP, se não fosse, pedia que o corrigissem, que tipicamente tinha uma consequência orçamental, porque os trabalhadores atingiam os dez pontos e tinham evoluções na carreira por isso. -----

----- Falou-se nos valores, mas havia um conjunto de fatores que não foram considerados. -----

----- A circunstância de ser apresentado um mapa de pessoal também permitia um retrato dos quadros na Junta de Freguesia, no momento. A ideia de que faltavam algumas coisas que não estavam, isso era uma interpretação. Naturalmente, que faltariam coisas, porque a visão política do Executivo era uma e anteriormente era outra, era natural que fosse diferente e por isso precisavam mais de uma coisa ou outra. Não discutia se precisavam ou não, se o Executivo entendia que sim, era porque seria com certeza, mas havia uma situação que se conseguia perceber deste quadro de pessoal apresentado. -----

----- No último quadro de pessoal que foi à Assembleia de Freguesia, tinham 1 operacional de limpeza, 45 assistentes operacionais em contrato com tempo indeterminado, 1 assistente operacional em contrato com termo resolutivo certo. Eram os assistentes operacionais que estavam associados ao CDC da recolha das eco-ilhas, que veriam num ponto mais à frente. -----

----- No que era agora apresentado, verificava-se a falta de cinco pessoas, cinco assistentes operacionais que faltavam na higiene urbana. Um era novo e só podiam contratar depois de estar aprovado, mas faltavam quatro pessoas, tendo em conta o último quadro de pessoal datado de 20 de dezembro de 2021. Perguntou o que o que se tinha passado com essas pessoas. -----

----- Tinha sido dito ali, sucessivamente, que a Junta continuava a exercer as competências do CDC da recolha das eco-ilhas e ecopontos, apesar de não ter delegação de competências, porque entendiam que isso ia acontecer mais cedo ou mais tarde, mas pelos vistos não tinha as pessoas. -----

----- Voltava a recordar que houve um concurso público aprovado pela proposta 164/2021, de 17 de maio de 2021, pelo anterior Executivo. Foram ordenadas doze pessoas, tendo entrado três pessoas pela proposta P037/21 de 28 de dezembro de 2021, já pelo atual Executivo. Queria dizer que existia uma reserva de recrutamento com nove pessoas, mas verificava-se que estavam quatro vagas para preencher. Aí se percebia os problemas de higiene urbana na Freguesia. A Junta de Freguesia tinha quatro vagas para preencher, tinha uma lista seriada disponível com nove pessoas. -----

----- Admitia que a lista não estivesse esgotada, porque as pessoas depois entenderam não assinar os contratos, porque a Junta não deliberou lançar um novo concurso público para cobrir essas vagas. Podia ocorrer, estavam nove pessoas e elas não queriam, já estavam a trabalhar noutra sítio, isso acontecia, mas a Junta não lançou nenhum concurso público. Portanto, partia do princípio de que a lista com nove pessoas estava disponível, mas havia quatro vagas para preencher e via-se como estavam as eco-ilhas na Freguesia. -----

----- O Senhor Presidente dizia que a recolha do lixo era da Câmara Municipal, várias vezes perguntara e foi-lhe confirmado que continuava a exercer as competências nas eco-ilhas, mas tinha quatro vagas com uma lista seriada. Portanto, percebia-se que a Junta de Freguesia não jogou mão de todos os instrumentos que tinha disponíveis e quadro de pessoal que podia ter aplicado para diminuir os impactos das dificuldades. ---

----- Parecia que os direitos dos trabalhadores eram uma dificuldade, conforme foi ali referido pelo Vogal Tomás Gonçalves. Haver greves era uma dificuldade? Não. Isso fazia parte. A greve era um direito e tinha que se contar com isso quando se organizava o trabalho. -----

----- Havia um conjunto de perguntas, extenso. Entendia que a forma deste mapa de pessoal não estava de acordo com a Lei e recomendava que o Executivo visse o quadro de pessoal da Câmara Municipal. Foi o Senhor Vice-Presidente, do CDS, a Vereação do PSD votou, foi votado na Assembleia Municipal. A forma do quadro de pessoal da CML cumpria a Lei. Essa era uma lista com linhas, que não se conseguia perceber onde as pessoas estavam alocadas, qual a forma, quais as habilitações literárias que tinham de ter. Não estava lá, o Senhor Presidente estava-se a rir mas não constava.-----

----- Estava um técnico superior na divisão de espaço público e equipamentos e não estava lá dito quais eram as habilitações que eram precisas. Podiam ter um sociólogo a tratar dos jardins.-----

----- No anterior mapa dizia-se que no núcleo de espaços verdes eram dois arquitetos, ou dois trabalhadores com licenciatura em arquitetura paisagista. Isso estava lá e deixou de estar.-----

----- Sem estar a debater se ter mais um técnico na cultura era necessário, isso o Executivo teria que avaliar e para executar o seu programa de governo, mas objetivamente havia um conjunto de questões que seria melhor rever para se conseguir pôr como devia ser. Não os afastava a ideia de terem mais recursos ou menos, isso era uma avaliação sobre o que tinham que fazer e os impactos que tinham para a frente com os custos com pessoal.-----

----- Recordava um problema que tinha dito em muitos fora, mas dizia ali novamente. As Juntas de Freguesia e principalmente as de Lisboa, as do resto do País com a delegação de competências passariam a ter essas dificuldades também, mais cedo ou mais tarde, tinham uma rigidez na receita muito grande. Não era como a Câmara, que tinha um conjunto de impostos que podia lançar mão para ir gerindo os recursos. As Juntas de Freguesia tinham poucas receitas próprias.-----

----- Alvalade até tinha bastantes, podia ter cerca de 20%, era muito mais do que a média das Juntas de Lisboa, mas ainda assim estava muito dependente da transferência do Orçamento de Estado.-----

----- Esse tema era muito importante, aliás como o Executivo referiu. Deviam investir muito tempo a discuti-lo.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Nuno Eusébio (MMA)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que por momentos pensava estar na noite das moções outra vez.-----

----- Estavam a falar do mapa de pessoal e não faria sentido em termos de posicionamento do “Mudar Alvalade”, se tanto criticaram e tanto chamaram à atenção para o exagero das prestações de serviço. Não era contra a prestação de serviços, era um prestador de serviços, mas entendia que esse passo dado pelo Executivo era de louvar. Seria um começo e era isso que estava em discussão, se alargavam ou não o quadro de pessoal, se preenchiam ou não essas vagas do quadro de pessoal. Tudo o resto eram problemas que iriam surgir e estariam ali para avaliar, para discutir e analisar.-----

----- Perdoassem se estava a ser empírico, mas era assim que via as coisas. Estavam ali só para analisar e discutir e votar um alargamento do quadro de pessoal e seria muito incoerente por parte do MMA não ser a favor dessa iniciativa. Era pouco, era insuficiente, seria que as vagas estavam bem preenchidas? Seria que as pessoas estavam nos lugares certos? Não eram Executivo e não sabiam. Alguém tinha feito o estudo e tinham que acreditar que o estudo foi bem feito.-----

----- Como alguém dizia, “a certeza de hoje é o erro de amanhã”. Daí a seis meses poderiam chegar a outra conclusão, mas o que ali importava era que estavam a criar emprego seguro, menos precário do que existia atualmente na sociedade. Estava-se a dar um bom exemplo, a Freguesia de Alvalade, na criação de um emprego mais seguro. Se

calhar não era o vínculo, o emprego público, mas já era uma coisa um pouco mais segura do que tinham até aí. -----

----- Também eram Estado, a nível local, e esse exemplos deviam partir de cima, deviam partir do Estado. Portanto, só podia louvar essa iniciativa do Executivo. Se estava bem ou mal, não eram o Executivo para poder tirar aí conclusões. Votaria a favor desse alargamento do quadro de pessoal. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que grande parte das dúvidas já foram colocadas. Importava também o esclarecimento sobre a questão da legalidade da forma como estava apresentado, parecia uma coisa importante. Era verdade que a alteração da própria configuração do quadro complicava a própria análise, mesmo para quem tinha experiência nesse aspeto, nomeadamente quais seriam os recursos por cada área e os trabalhadores afetos. Mesmo para quem esteve no Executivo e tinha uma perceção dos trabalhadores que existiam no universo da Junta. -----

----- Uma coisa que podia estar a ser induzida em erro pela intervenção que o precedeu era que na verdade só assistiam ali do ponto de vista da alteração global, em termos de lugares previstos, a mais uma vaga. Passava-se de 127 para 128, o acréscimo que existia era de mais uma vaga. -----

----- Contrariamente ao que parecia acontecer ali, as vagas preenchidas eram inferiores às que estavam preenchidas anteriormente. Podia estar a fazer uma interpretação errada, mas parecia ser isso que acontecia e entroncava com uma questão também já colocada anteriormente, do ponto de vista do que era a perceção e o recrutamento, a forma como ia ser recrutado e contratualizado. -----

----- Debateram nos últimos anos sobre essa situação, houve discussões acesas a esse respeito. Uma delas batia com algo que também já foi ali colocado e que tinha a ver com o financiamento das Freguesias e as restrições orçamentais que tinham do ponto de vista do investimento. Houve compreensão sobre aquilo que era a fluidez da Junta para o futuro, pesasse embora sempre terem afirmado que era importante saber os recursos financeiros afetos às autarquias locais. -----

----- Aí tinha que recordar mais uma vez as críticas do PCP e da CDU no contexto da reforma administrativa e a crítica maior foi que a reforma administrativa fosse acompanhada dos meios tanto financeiros, como humanos, para conseguir dar esse contraponto. -----

----- Antes da reforma administrativa, a Junta de Freguesia de São João de Brito tinha os espaços verdes por meios próprios, era de forma precária, mas por meios próprios. Dos trabalhadores que na altura asseguravam a manutenção dos espaços verdes, dois deles estavam nos quadros da Junta, embora com funções diferentes, mas estavam. -----

----- O desafio era um pouco esse, como contratar e de que forma. Essa foi sempre uma luta que tiveram, conseguiu-se ir reforçando alguns elementos na área do desporto com um técnico superior. Na área dos assistentes operacionais, aquilo que foi referido pelo Membro José Ferreira, das seis, era para salvaguardar que se houvesse uma necessidade educativa, eram seis equipamentos, seis salas de ensino do pré-escolar. -----

----- Era só para perceber de que forma essas situações foram acauteladas. Era uma situação muito querida para a CDU, os trabalhadores e os direitos dos trabalhadores. Algo que debateram no passado, algo que debateriam no presente e no futuro. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que parecia haver equívocos do passado, mas o passado já lá ia e os eleitores já se pronunciaram e entenderam que não era assim tão bom. -----

----- O que estava ali em causa não era uma alteração de carreira, nem de funções, nem de orgânica. O que estava em causa era a alteração de um número dos trabalhadores, com a mesma orgânica, o mesmo conteúdo funcional e as mesmas carreiras.-----

----- Como a DGAL ensinava, nessas matérias a Assembleia de Freguesia o que tinha de aprovar era o número de lugares, porque não havia alteração estrutural de nenhum mapa de pessoal, do ponto de vista do conteúdo funcional de carreiras e de orgânica onde estavam afetos. -----

----- Para além disso, a Lei de 2014 não era uma Lei única e havia um princípio do direito que dizia que a norma especial derogava a norma geral. Portanto, nessa matéria, importava ter em atenção que o próprio legislador, na Lei 35/2014, mantinha em vigor para as autarquias locais o Decreto-Lei 305/2009, na medida em que previa que essa era uma especificidade das autarquias. -----

----- Quanto ao número de pessoas, era natural que fosse uma proposta e que tivesse de haver mais, até porque ia decorrer das necessidades da própria legislação que estava a ser trabalhada pelo Governo e a ser negociada com a Associação Nacional de Municípios, alterações essas, sim, estruturais e fundamentais, transferência de competências da administração central para a administração local. Essas iriam implicar uma reorganização administrativa dos municípios, que podia pressupor uma alteração da transferência de competências para as autarquias. Tudo isso iria requerer atenção e cuidado e requerer necessariamente uma alteração do quadro, uma alteração de funções, porque novas competências iriam ser atribuídas. Falava-se em matérias que nunca foram das Freguesias, como saúde, segurança, etc. -----

----- Essa proposta era uma mera alteração do número dos quadros de pessoal, sem qualquer alteração de orgânica, que iriam propor com tempo e ponderação, com análise fundamentada, com especialistas a ajudar. Não tinham a arrogância de saber tudo. Aí sim, de uma forma mais aprofundada e estrutural, propor uma alteração da orgânica e do respetivo quadro. Se necessário fosse, uma alteração do conteúdo funcional das próprias orgânicas e do pessoal afeto. -----

----- Ficasse claro que na presente proposta não havia nenhuma alteração em nenhum desses critérios, nem nenhuma dessas componentes do mapa de pessoal. Era um mero número daquilo que já existia. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que já estava tudo esclarecido, o Membro José Ferreira já falou abundantemente. Iria pôr à votação. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que estava ali a noite toda a falar sobre Alvalade, não lhe incomodava estar ali muito tempo. Sabia haver pessoas a quem incomodava estar muito tempo a falar sobre Alvalade, mas a si não incomodava nada, estaria ali as vezes que fossem necessárias, outra reunião se tal fosse necessário. -----

----- O que dizia a proposta 116 era o que estava lá, não falava em quantidades e sim a primeira modificação ao mapa de pessoal 2022 e depois juntava um quadro. O que se estava a aprovar era aquilo que lá estava... -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que já estava feito o ponto de ordem, a Junta de Freguesia já explicou e votariam como entendessem. Os argumentos já estavam todos postos e a ser repetidos. -----

----- Estavam ali para defender Alvalade e falavam quando quisessem, mas sem monopolizar o debate. Havia vários pontos da ordem de trabalhos, tinham reuniões muito mais do que no passado e continuariam a ter no futuro. Criaram-se comissões onde podiam falar muito mais, não iriam prolongar as discussões eternamente e batendo sempre nos mesmos pontos. -----



----- Pediu que o ajudassem a dirigir os trabalhos, mas estava ali também para exercer essa função. -----

----- Submeteu à votação a **Proposta n.º 116/2022, relativa à alteração do mapa de pessoal dos serviços da Freguesia**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PSD, 2CDS-PP, IL, Chega e MMA) e 9 votos contra (PS, CDU, BE), tendo o Senhor Presidente da Assembleia desempatado utilizando o voto de qualidade a favor.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida para uma declaração de voto.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“O sentido de voto do Partido Socialista não é contra a quantidade de pessoas em particular, mas sim porque entendemos que a forma do mapa de pessoal não cumpre aquilo que está previsto na Lei do Emprego em Funções Públicas. -----*

----- *Não se percebe qual é a tipologia das pessoas que estão no quadro de pessoal. Há aumento apenas de um lugar no total mas há outros lugares que são criados e nós não conseguimos perceber qual é a tipologia dessas funções. -----*

----- *Portanto, face à dificuldade em explicar uma coisa que parece simples, que é fazer um mapa conforme os termos da Lei e recomendo que vejam o mapa da Câmara Municipal de Lisboa, o Partido Socialista não tem outra alternativa senão ter votado contra. Infelizmente.” -----*

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida para uma declaração de voto.-----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“O nosso sentido de voto decorre do facto de considerarmos que os esclarecimentos prestados não foram suficientemente claros para poder clarificar as dúvidas que foram colocadas. -----*

----- *Noto aqui que também, verdade seja dita, foi condicionado pelo debate e os próprios esclarecimentos que eram para ser dados foram condicionados, pelo que não nos sentimos em condições de poder votar a favor desta proposta.” -----*

----- **Ponto 8 – Apreciação, discussão e votação da Proposta 117/2022, relativa a submissão à Assembleia de Freguesia da designação do auditor externo pela certificação legal de contas;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era a manutenção de um contrato que decorria da obrigatoriedade de um auditor de contas externo. Manteve-se e não havia qualquer alteração, não houve qualquer apreciação subjetiva do trabalho realizado pelo auditor.-----

----- O Executivo, com as informações e os pareceres do Vogal Tesoureiro, que era diretamente responsável por essa matéria, entendeu que o serviço estava a ser prestado e que não havia necessidade de fazer alterações só porque houve alterações no Executivo, pelo menos por enquanto. -----

----- O Orçamento desse ano era muito plasmado e teve por base o Orçamento herdado do ano anterior, ainda não tinha havido tempo para proceder às alterações mais profundas que naturalmente teriam que fazer. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Tesoureiro** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Tesoureiro** disse que da mesma forma que a anterior proposta era de mudança, esta era de continuidade.-----

----- Tinha começado a trabalhar com este ROC ao iniciar as funções de Vogal Tesoureiro, juntamente com a equipa das finanças. A avaliação que fazia e que o departamento de finanças também fazia era muito positiva, no desempenho do seu papel

tinha sido uma mais valia para aquilo que foi a apresentação de contas de 2021 e apresentação do Orçamento de 2022, para aquilo que foram os ajustes ao Orçamento já apresentados na Assembleia. -----

----- Mais uma vez ficava demonstrado pelo Executivo que a sua procura era por aquilo que consideravam competente e que pudesse levar ao Executivo, à Junta de Freguesia, aos fregueses muito em particular, mais valias e competências ao serviço dos fregueses.

----- Era uma proposta de continuidade, neste caso até 31 de dezembro. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que de facto propunha-se a continuidade do ROC que vinha do anterior mandato, mas era uma proposta apenas para um ano. Já se estava muito à frente do primeiro semestre e a pergunta que tinha a fazer era se o revisor continuou a trabalhar os meses depois de ter apresentado a revisão de contas de 2021 e se mantinha a carga de horas e as visitas mensais, como estava previsto no anterior contrato, para saber se o nível de empenhamento era o mesmo. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não havia nenhuma alteração ao contrato. As reuniões, o procedimento e a formalidade, confiavam uns nos outros, eram da competência do Senhor Vogal Tesoureiro. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta 117/2022, relativa a submissão à Assembleia de Freguesia da designação do auditor externo pela certificação legal de contas**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 9 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 120/2022, relativa à celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa, em matéria de higiene urbana;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que constataram ter o Senhor Presidente da Junta assinado um documento aquando da sessão nos Paços do Concelho no dia anterior, 7 de julho. Como a sessão na Câmara Municipal foi a respeito dos contratos que seriam alvo de deliberação nos pontos 9 e 10, gostaria de saber o que o Senhor Presidente da Junta assinou na sessão da Câmara Municipal. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que o que estava em causa era também o cumprimento da legislação, porque todos estavam abaixo da Lei num Estado de Direito.

----- Esses contratos só seriam efetivos e com relevância jurídica se fossem aprovados pela Assembleia de Freguesia. O ato do Presidente era para não prejudicar o interesse de Alvalade. -----

----- Houve uma reunião de vinte e quatro Freguesias, foi explicado na altura a urgência desses contratos. Por discussão e por autonomia, que não tinha nenhum comentário a fazer, foi adiado para esse dia, mas não estava em causa nenhum efeito jurídico vinculativo, porque os contratos só tinham efeitos práticos depois da aprovação da Assembleia de Freguesia. -----

----- Muito estranhava que houvesse Executivos a arvorar-se o exemplo do passado e que durante alguns tempos continuaram sem contrato de delegação de competências a assumir compromissos que não estavam previstos financeiramente no Orçamento, um instrumento fundamental na gestão do interesse público e com valor reforçado nos termos da Lei. -----

----- Não reconhecia por isso qualquer moral para criticar o Presidente da Junta de Freguesia por estar a defender os interesses de Alvalade, sem prejudicar e sem comprometer o cumprimento da Lei.-----

----- Sobre o protocolo, já na reunião em que foi pedida a urgência foi explicado. Foi preciso dar resposta às necessidades, em particular da higiene urbana e também dos espaços verdes. A delegação de competências que a Câmara decidiu transferir para todas as Juntas de Freguesia eram fundamentais para a prossecução do interesse público e nesse caso da salvaguarda dos interesses de Alvalade. Eram meios financeiros e que permitiam o reforço das condições para proceder a um melhor trabalho na higiene urbana e nos espaços verdes. Nesse sentido não havia muito a dizer nem a inventar, era uma prática que decorria da legislação atual e da modalidade que foi encontrada de delegação de competências entre o Município e as Freguesias.-----

----- Não lhe parecia que houvesse grandes dúvidas sobre essa matéria mas ali estariam para explicar se alguma dúvida surgisse.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que acabaram de tomar conhecimento que o Senhor Presidente da Junta assinou os contratos sem eles estarem autorizados pela Assembleia de Freguesia, para constar na fotografia, dizendo que isso era defender os interesses de Alvalade.-----

----- O contrato interadministrativo com a CML partilhava as receitas da taxa turística para fazer face ao aumento das atividades de limpeza geradas pela atividade do turismo. Mais uma vez se via o populismo de terem rasgado as vestes aquando do estabelecimento da taxa turística, falando das taxas e taxinhas, mas afinal eram muito úteis para financiar a atividade da cidade, conforme estava ali e até foi elogiado pelo Senhor Presidente.-----

----- Notava que o estudo técnico de suporte parecia ser o mesmo que serviu de base a um contrato similar celebrado no anterior mandato, não tendo sido atualizado. Havia um estudo que suportava a distribuição de um montante da taxa turística, basicamente criando um algoritmo com base no número de estabelecimentos hoteleiros ou de alojamento local em cada Freguesia.-----

----- Esse estudo era exatamente o mesmo que foi feito em 2019 e não foi atualizado. Se houvesse alterações para mais ou para menos, não estavam previstas na distribuição.-----

----- Era um instrumento que foi criado no anterior mandato, mas nessa altura foi feito com a validade de 2019 até ao resto do mandato, cerca de três anos civis. Acontecia que agora era só de um ano, ao contrário do anterior. Não estava criada a necessária estabilidade para mobilizar e gerir recursos, em particular os trabalhadores, mais uma vez porque estavam em julho, para um contrato que acabava a 31 de dezembro. Tornava difícil mobilizar esses trabalhadores em regime de trabalho em funções públicas.-----

----- Era do conhecimento público a baixa disponibilidade de mão-de-obra, pelo que a instabilidade inerente a um contrato de apenas um ano, que no caso seria apenas de seis meses, causaria dificuldades no recrutamento, na mobilização e na retenção de trabalhadores.-----

----- Apesar de tudo, o contrato era muito importante para as Freguesias em geral, para Alvalade também, pelos recursos financeiros que disponibilizava. Por esse motivo foi desenvolvido e negociado como instrumento de política pública no anterior mandato e finalmente foi apresentado pela Câmara, apesar de ser um contrato de adesão, uma vez que não houve discussão com as Juntas de Freguesia. O PS votaria favoravelmente.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que se referia aos pontos 9 e 10, uma vez que ambos eram dirigidos às questões da higiene urbana e porque a posição do PCP e da

CDU, em relação a essa área, mantinha-se. Em coerência com o que tinham dito e tinham feito, consideravam que, no contexto da higiene urbana, era um serviço estruturante para a cidade e esses serviços deviam estar centralizados e afetos à CML. --

----- O que decorria da reforma administrativa foi repartir um serviço entre vinte e cinco, vinte e quatro Juntas e a CML. Por um lado, dividiu-se aquilo que era a remoção do lixo urbano, por outro lado, dividiu-se para as Juntas a varredura, a lavagem e as papeleiras. Essa divisão criou, não só, uma grande confusão, uma grande dúvida sobre a competência de uns e de outros. -----

----- Nos dois pontos que estavam em discussão, aquilo que se procurou fazer no anterior mandato, foi tentar remendar um problema que acabou por não ser remendado e o que estavam a analisar era o retomar de uma fórmula que já no passado não surtiu efeito. Problemas na higiene urbana, com momentos altos e momentos baixos, mas na verdade, houve sempre problemas no que dizia respeito à limpeza na cidade e na Freguesia. -----

----- Foi a fórmula de capitalizar mais dinheiro para as Juntas, com esses dois modelos, procurando colmatar aquilo que sempre disseram, da falta de recursos, meios financeiros e humanos. O que se traduziu foi, na prática, em pouco, e era natural, porque eram serviços que entroncavam uns com os outros, um estava dependente do outro. -----

----- O que a cidade perdeu com essas opções e iria perder no futuro, era uma perda de escala de intervenção, uma perda de gestão em escala dos recursos humanos e recursos técnicos e acima de tudo, uma intervenção articulada entre aquilo que eram as várias áreas da higiene urbana, procurando criar uma resposta igual, independentemente da área territorial e daquilo que era o empenho e vontade de cada Junta de Freguesia. -----

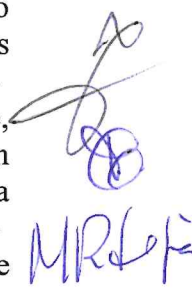
----- Por outro lado, igualmente teve uma questão do ponto de vista da desigualdade e tratamento diferente entre trabalhadores. Não só uma exigência para uns, no caso os da Câmara, que tinham o trabalho da remoção, que era maior do ponto de vista dos acidentes, da descarga física, em que até aí era dividido nas outras tarefas. -----

----- Ao passarem os recursos, a Câmara descapitalizou-se de meios humanos e por outro lado, as próprias Juntas não tiveram os meios suficientes. O que estavam era perante o retomar do mesmo processo, com o qual se manifestaram contra e mantinham essa posição. -----

----- Independentemente daquilo que tinha sido o empenho e a capacidade por parte dos trabalhadores, era muito injusto e incorreto imputar-lhes a eles aquilo que era responsabilidade da falta de limpeza e de higiene na cidade. Tinha havido um esforço tremendo e ficou provado com o mapa de pessoal, que havia uma carência de recursos em termos de higiene urbana. -----

----- O Senhor Vereador na CML identificou a falta de 170 trabalhadores dessa área e, portanto, era muito injusto imputar a responsabilidade a quem todos os dias dava um esforço tremendo para poder capacitar e dar resposta àquilo que era uma exigência, para que a Cidade de Lisboa e a Freguesia estivessem limpas. -----

----- A seguir teriam um ponto das questões financeiras relativamente a um CDC, que era aliás um dos valores que estava identificado no relatório do ROC, ressarcido por parte da Junta. Se era verdade que esse processo se atrasou, havia esse compromisso e a bem das instituições, os compromissos eram para cumprir, sabiam que o contrato interadministrativo que agora iam renovar, no ano anterior para efeitos de 2021 o atual Executivo assumiu e aceitou que houvesse uma redução em 50% do valor participado por parte da Câmara para a Junta de Freguesia, existindo um compromisso escrito e aí sim a defesa dos interesses da Junta de Freguesia. -----



MRL

----- Quando era feita uma crítica sobre uma diferença de receitas previstas e que estavam a chegar, o Executivo quebrou e aceitou haver uma redução no contrato interadministrativo entre a CML e a Junta de Freguesia. -----

----- Perguntava, mesmo com a justificação que sabiam da Câmara, que houve uma redução do valor da taxa, mas perguntava se os trabalhadores que foram contratados ao abrigo desse CDC não estiveram lá, se os meios técnicos, as carrinhas e os equipamentos não estiveram lá, se a Junta não teve essa despesa. Portanto, saber por que razão a Junta teve que abdicar desse mesmo valor. -----

----- Discordavam em algumas coisas, concordavam em algumas coisas, havia críticas que até podiam considerar, concordando ou não, mas havia outras em que tinham de ser capazes de ouvir e aceitar de igual forma porque elas eram justas. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** perguntou ao Presidente do Executivo, relativamente à verba do contrato administrativo de 2021, quando ela foi recebida pela Freguesia de Alvalade. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Miguel Henriques (PSD)** foi-lhe concedida. --

----- **Membro Miguel Henriques (PSD)** disse que tendo em conta a hora, se bem que era um direito, mas iriam ali falar apenas para dizer que se ia votar a favor, por vezes era necessário também aprender a respeitar o tempo de todos e por vezes ficar em silêncio não era assim tão mau. Conseguiriam sempre expressar as intenções de voto. -----

----- Queria apenas tecer uns comentários relativamente à intervenção do Membro Ricardo Varela. Em primeiro lugar sobre os problemas que se assistiam na Freguesia, que era transversal a todo o Concelho, quanto à recolha de lixo. -----

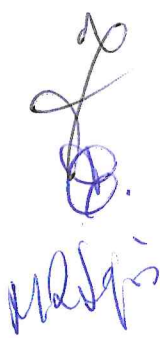
----- Verificava-se que no Executivo da Câmara Municipal existia um bloqueio por parte da oposição na tomada de decisões, que por vezes eram polémicas e os Vereadores da oposição faziam essa oposição olhando para os interesses partidários e não para o interesse da cidade. Não aceitavam os resultados das eleições e insistiam nesse caminho, inclusivamente manietando não só a tomada de decisões pelo Executivo, mas também junto dos sindicatos. -----

----- Ainda cerca de quinze dias atrás, um Vereador da CDU foi ao centro onde estavam os funcionários da higiene urbana incentivar a fazerem greves e a não recolherem o lixo. Portanto, achava curioso que, por trás, incentivem os trabalhadores a não cumprirem com as suas funções e a exercerem o direito de greve, que era um direito, mas depois, irem lá para fora dizer que as coisas estavam muito más e não explicarem que efetivamente o lixo não era recolhido porque andavam a incentivar esses funcionários a não ir trabalhar. -----

----- Depois, até compreendia que quisessem transpor esse mesmo modelo para outros setores da Junta de Freguesia e defender que não se deviam contratar empresas privadas e ter os próprios funcionários na gestão dos espaços verdes. -----

----- Isso era curioso, porque o que se percebia, olhando para o panorama atual, era que quando se tratava de funcionários públicos ou das autarquias locais, comparando com funcionários privados, havia greves era no público. Se era para haver greves todos os dias e para haver falhas na prestação desses trabalhos, então preferia que se contratassem empresas privadas, porque eventualmente até tinham melhores condições de trabalho e esses trabalhadores não faziam greves, não os deixando defraudados. -----

----- Achava bem que reconhecessem ou deixassem implícito que esses CDCs eram voltar ao passado e a uma política que eventualmente não resultou no passado e o que então sugeria era que fizessem menos críticas apenas por criticar e que, por exemplo, no PAOD, apresentassem propostas concretas para resolver esses problemas. -----



----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida para defesa da honra. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)**, disse que era a primeira vez que usava esta figura, mas tendo em conta a forma de dirigir os trabalhos, era essa a forma com que poderiam replicar ou repor aquilo que foi abordado nas intervenções anteriores. -----

----- Havia uma confusão e se calhar falta de orientação, entre aquilo que era a distrital do PSD, que lançou um comunicado a proferir aquilo que foi dito pelo Membro que o antecedeu, fazendo críticas e afirmações que não eram verdadeiras sobre o incentivar por parte dos eleitos do PCP relativamente aos trabalhadores. Isso não era verdade e não só, não era verdade, tornava-se ridículo, porque se estivessem atentos ao Vereador da CML responsável por essa área, ele assumiu a falha existente no serviço de higiene urbana e atribuiu à falta de 170 trabalhadores que não tinha nesse serviço. Aliás, foi mais longe e disse que tinha lançado um procedimento para 160 trabalhadores. -----

----- Esses 170 trabalhadores eram o limiar mínimo para garantir os serviços na Cidade de Lisboa. -----

----- Mais, ele disse que existiam outros problemas e exatamente naquilo que dizia respeito aos acidentes, ao desgaste e às baixas de alguns trabalhadores. Isso era explicável, como já dissera na sua intervenção anterior e pensava não ter que voltar a dizer, mas puseram em causa a honorabilidade dos eleitos do PCP e da CDU. -----

----- Os trabalhadores da higiene urbana na Cidade de Lisboa estavam ligados àquilo que era um trabalho exigente, estavam expostos à natureza desse trabalho numa situação como não estavam até aí. Por isso, havia necessidade de rever as profissões de desgaste rápido, por isso, havia necessidade do subsídio de salubridade, penosidade e risco. -----

----- Ir agora justificar e atribuir responsabilidades, falsidades, a eleitos, para esconder a incapacidade do atual Executivo da CML em responder a uma necessidade e um problema da cidade, era no mínimo caricato. Tanto mais quando existiam contradições entre os próprios eleitos do mesmo partido, que justificavam que essa situação não se colocava. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a redução da taxa turística decorria da realidade e não podiam estar contra a realidade. Foi uma situação assumida até por uma Freguesia da CDU, Carnide, os 50% para todos, igualmente. -----

----- Sobre quando a taxa de 2021 foi transferida, foi só em 2022, foi o atual Executivo que assumiu essa matéria. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 120/2022, relativa à celebração de contrato interadministrativo de cooperação com o Município de Lisboa, em matéria de higiene urbana**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 2 votos contra (CDU) e restantes votos a favor. -----

----- **Ponto 10 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 121/2022, relativa à celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa, para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, eco-ilhas, ecopontos subterrâneos e vidrões;** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que se tinha assistido a um conjunto de teorias da conspiração, que normalmente explicavam quase tudo o que quisessem, e também que o PSD não entendia como se exerce o poder numa Câmara Municipal. -----

----- O PS, de 500 propostas que foram à Câmara Municipal, houve 10 que chumbou. As teorias da conspiração eram ótimas explicações para tudo o que se quisesse. -----

----- Quanto à proposta 121, havia uma nova confusão entre o órgão executivo Junta de Freguesia e autarquia na parte deliberativa da proposta, conforme o Senhor Presidente da Mesa já assinalou anteriormente. Tinha que ver se não iria votar a favor, uma vez que chamou à atenção disso no passado. -----

----- Novamente se constatava que o contrato era apenas por um ano, quando no passado foi para três anos civis. Não se criavam as condições necessárias para mobilizar e gerir recursos, nomeadamente de equipamentos, materiais e trabalhadores, uma vez que se dava uma janela temporal muito curta. -----

----- Ao contrário do anterior CDC, quando foi à Assembleia de Freguesia, ia junto um estudo económico para demonstrar que os 100 mil euros previstos transferir cobriam os custos que a Freguesia iria ter. Era feita uma declaração de princípios que não iria ler no considerando 9 da proposta 121. Mais uma vez parecia haver uma desconsideração de soltar umas contas para se perceber se os 100 mil euros chegavam para fazer aquilo dentro das responsabilidades. -----

----- O CDS no anterior mandato exigiu isso e agora votou favoravelmente, pelo menos no Executivo. -----

----- De todo o modo, era um instrumento muito importante para permitir o trabalho em rede entre o Município e a Freguesia, criando condições para a melhoria dos serviços públicos prestados aos cidadãos, em particular para melhorar o estado lastimoso que durante meses se verificava junto das eco-ilhas e dos ecopontos, apesar da Junta de Freguesia ter continuado a exercer essas competências, mas, como já viram, com quatro trabalhadores em falta, apesar de ter reserva de recrutamento disponível. -----

----- O Executivo escolheu não mobilizar mais quatro trabalhadores para o serviço de higiene urbana e, por isso, tinham as ruas de Alvalade mais sujas, por escolha do Executivo. -----

----- O valor financeiro proposto era idêntico ao do anterior mandato, não reconhecendo a alteração de alguns pressupostos. Percebia-se que o Executivo deu uma borla de metade da transferência, cerca de 83 mil euros, mas não atualizou os 100 mil euros tendo em conta o passado. O Vogal Tomás Gonçalves já tinha informado que considerava 7% a taxa de inflação, pelos vistos aí não houve nenhuma taxa de inflação. -----

----- Não se reconhecia o aumento do salário mínimo nacional, que era a base do vencimento dos assistentes operacionais do serviço de higiene urbana, nem aquilo que seria para o próximo ano, e por exemplo o custo com combustíveis se ter alterado com bastante significado. -----

----- De todo o modo, como consideravam que esses recursos eram muito importantes, o PS votaria favoravelmente. Deixava a nota do serviço em Alvalade ter baixado muito, com repetidas falhas no circuito das recolhas, com o acumular de depósitos nas eco-ilhas ecopontos e vidrões e nas caixas de recolha de roupa usada, depósitos de resíduos de jardins, "monstros" domésticos, entulhos, mobiliário, etc., tudo gerando potenciais problemas de saúde pública e redução de salubridade do espaço público que se via por Alvalade. -----

----- De facto com quatro pessoas a menos não havia milagres, foi a escolha do Executivo não recrutar quatro pessoas. -----

----- De todo o modo votariam com certeza, porque era um contrato muito importante para a Freguesia. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que, tal como na taxa interadministrativa, também esta taxa do ecoponto foi recebida em 2022. Embora tivesse havido o tal contrato de três anos, o Executivo anterior de Medina esqueceu-se de pagar o último ano. -----

----- A falta de recebimento atempado, talvez fosse essa desconfiança que levou também o CDS ao pedido de estudo económico. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que essa verba foi totalmente recebida em 2021, o que não foi recebido era da taxa turística, em que o Executivo decidiu perdoar 50%. --

----- Aconselhava a que se consultasse o Relatório e Contas. Os 100 mil euros desse CDC foram totalmente pagos em 2021, no início do segundo semestre estava paga a segunda prestação. Era só ler e não falar de cor. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro Carlos Rêgo (CDS-PP)** disse que relativamente à questão dos ecopontos muito bem, mas em relação à taxa administrativa mantinha aquilo que disse.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 121/2022, relativa à celebração de contrato de delegação de competências com o Município de Lisboa, para recolha de resíduos indevidamente depositados junto de ecopontos de superfície, eco-ilhas, ecopontos subterrâneos e vidrões**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 2 votos contra (CDU) e restantes votos a favor. -----

----- **Ponto 11 – Apreciação, discussão e votação da Proposta n.º 122/2022, relativa à celebração da Segunda Adenda ao Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alvalade em 10 de outubro de 2014** -----

----- Tendo pedido a palavra o **Senhor Presidente da Junta** foi-lhe concedida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse era um CDC que visava dar resposta a necessidades que não foram cumpridas pela CML durante os períodos de 2020 e 2021, em que não houve transferências para a Junta de Freguesia e não obstante a Junta de Freguesia de Alvalade ter assegurado as necessidades de manutenção da Mata de Alvalade, do Parque José Gomes Ferreira e Quinta do Narigão. Com essa adenda visava-se assumir a transferência de competências e responder às necessidades da Junta. -----

----- Havia muito quem quisesse comparar o passado, mas existia uma efetiva melhoria no presente. -----

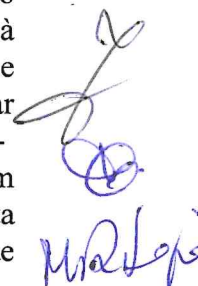
----- Tendo pedido a palavra o **Membro Ricardo Varela (CDU)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro Ricardo Varela (CDU)** disse que o PCP e a CDU, no contexto daquilo que era a cidade e os espaços estruturantes, nomeadamente os espaços verdes, à semelhança do que disse anteriormente em relação à higiene urbana, era da opinião que os mesmos, pela característica e exigência em termos de manutenção, deviam estar também concentrados na Câmara. -----

----- Na altura da elaboração desta proposta manifestaram-se contra, mas tendo em conta que estavam perante a transferência de verbas, não só as que estavam em falta mas também a perspetivar para o futuro, estando a competência ali, não iriam dizer que a Câmara não pagasse aquilo que era direito da Junta. -----

----- Isso para explicar a posição. Mantinham a ideia que a Câmara devia assumir a gestão desses espaços. Mas não era por isso que, tendo a Junta assumido essas funções e estando a exercê-las, não achavam que a Junta devia ser ressarcida desse valor que estava em falta. -----

----- O que parecia ser importante, embora fosse um pouco transversal à proposta, era efetivamente o que iriam fazer no Parque José Gomes Ferreira e na Quinta do Narigão. Eram propostas no que dizia respeito à sua manutenção e conservação, mas o que importava, para além disso, era o que poderiam fazer para dinamizar e valorizar aquele mesmo espaço.-----



----- Existiram duas iniciativas anteriormente falhadas, uma ao abrigo de um protocolo com o Racket Centre, para criar espaços de arvorismo e uma pista de *down hill*. Mais tarde, quando a Junta assumiu, procurou-se estabelecer um protocolo com os escuteiros para dinamizar ali um espaço e que também não se concretizou. A questão era o que se iria fazer daí para a frente. -----

----- No contexto daquilo que foi o programa eleitoral, tinham uma proposta concreta para esse espaço, procurar criar um espaço de biodiversidade que pudesse promover projetos no âmbito ambiental, que pudesse envolver as escolas e a comunidade, procurando dinamizar esse espaço. Isso a par daquilo que já tinha sido feito, em particular na área da educação e do desporto, em que se tinham assumido responsabilidades com a promoção de eventos e iniciativas de corta-mato, de visitas, de atividades desportivas e provas. -----

----- Aquilo que parecia importante era dar vida àquele espaço e ao mesmo tempo proteger aquele que era o pequeno pulmão de Alvalade, se assim quisessem chamar. Havia pessoas que não conheciam e importava valorizar, importava tratar dele com cuidado e com a atenção merecida. -----

----- A esse respeito deviam conhecer o espaço José Gomes Ferreira, que foi requalificado ao abrigo de um prémio que se ganhou no desporto, as Olissipiadas. A ideia era que esse espaço pudesse ser alargado, procurando encontrar uma solução para a família que lá estava e ser mais uma estrutura de apoio à dinamização. -----

----- Esse era o desafio que deixavam, podia haver outras propostas, mas acima de tudo era importante procurar dinamizar e levar algumas atividades para aquele espaço. -----

----- Tinha-se falado muito na Assembleia sobre as verbas que já chegaram ou não, mas se era verdade que estavam a receber verbas relativas ao plano 2020/2021 também era verdade que, estando em julho de 2022, importava saber qual foi a verba já transferida relativamente a este protocolo. -----

----- Tinham acabado de passar por um protocolo do Fundo de Emergência Social, que foi ali ratificado na reunião. Tendo em conta que a Junta já tinha atribuído apoios financeiros, e bem, às famílias, importava saber qual foi a dualidade de critérios, se não tinha sido aquela assumida anteriormente e que era a relação institucional de compromisso. Perante esse compromisso não podiam era deixar as pessoas na mão, como aliás parecia já ter acontecido, de ficarem apoios por dar e nomeadamente no FES, porque supostamente não havia verba, só os protocolos que não estavam celebrados. -----

----- Dizia isso frontalmente, porque a CDU tinha sido muito crítica em relação a essa situação. Ao contrário de outros na Assembleia, nem sempre acompanharam as situações de contratos de delegação de competências, não foram quem os viabilizou, muitas das vezes. Lutaram e debateram para que as verbas inscritas nos mesmos passassem para a Junta. -----

----- Não podiam era estar ali com dois pesos e duas medidas. Apontar o dedo sem olhar para os próprios, por vezes era difícil. Acima de tudo importante era essa relação, era os projetos avançarem, a solidez financeira da Junta, os compromissos assumidos por cada um dos lados. -----

----- Terminava voltando ao início. Parque José Gomes Ferreira, Quinta do Narigão, qual o desafio para a frente. Essa era a parte importante e o desafio que deixavam. -----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que era uma adenda ao contrato de gestão do Parque José Gomes Ferreira, Quinta do Narigão e do parque hortícola Aquilino Ribeiro Machado. No considerando 7 era referido que importava proceder à afetação de recursos financeiros referentes aos anos 2020/2021. -----

----- Isso já estava previsto no anterior aditamento e bastava ver a descrição. O contrato estava disponível no site da Junta de Freguesia. Nos anos de 2018 e seguintes, a transferência do valor anual de 106.824 euros.-----

----- Tanto quanto tinha conhecimento, a Câmara Municipal já pagou 2020/2021 em janeiro, pelo que não precisava deste aditamento, uma vez que o fez em janeiro, apesar de dizer que precisava dele para pagar. Corrigissem se estivesse enganado, mas 2020 e 2021 foram pagos em janeiro. Não havia nenhum protocolo, por isso estavam a apreciar agora, nesta altura. O que queria dizer que não era um problema do instrumento jurídico, estavam lá previstos os montantes para o mandato todo, mas sim porque a Câmara esqueceu-se de pôr no Orçamento de 2021 os montantes. Por isso, só foi pago em janeiro.-----

----- A culpa não era da Junta, não era nenhuma acusação. No anterior aditamento estava previsto, ano 2018 e seguintes, e a Câmara esqueceu-se de pôr o dinheiro para 2020 e 2021, pagou em janeiro. O que dizia a proposta era que precisava desse instrumento para pagar, mas já pagou.-----

----- Deviam ter cuidado com a redação, porque uma redação exatamente igual estava na alínea d), dizendo nos anos 2020 e 2021 e seguintes. Essa era a redação similar que estava no anterior protocolo.-----

----- Houve um problema orçamental no Orçamento da Câmara e eles inventaram uma história para justificar, quando na verdade já pagaram sem ter instrumento necessário para pagar.-----

----- Não foi culpa do atual Executivo da Junta, nem do anterior. Infelizmente, os serviços da Câmara também cometiam erros e houve esse prejuízo, porque as delegações foram exercidas sem que a Câmara pagasse. O importante era que pagou e o diheiro estava na conta da Junta.-----

----- Passando ao concreto do contrato, notava-se mais uma vez que o valor financeiro proposto era idêntico ao do anterior mandato, apesar de se terem alterado alguns pressupostos que tenderiam a pressionar os fornecedores a aumentar os preços. Era um contrato tercearizado, através do tal contrato dos espaços verdes. Assim como os aumentos do salário mínimo e o custo dos combustíveis.-----

----- Tendo em conta que era para o mandato, a pressão que iria exercer durante todos os anos até 2025, com fortes aumentos no salário mínimo nacional. De todo o modo, havia que louvar que, sendo um aditamento, já ia previsto para todo o mandato, conseguia a Junta de Freguesia mobilizar recursos de uma forma mais larga no tempo e com certeza dando maior garantia às contratações que fazia para executar o trabalho.-----

----- Saudava este aditamento do espaço verde, que era estruturante, era uma competência da CML. Queria dizer que a CML continuava, como fazia desde 2014, a confiar a manutenção desse espaço à Junta de Freguesia, significando que avaliou ao longo de todos esses anos o bom desempenho da Freguesia na gestão desses três espaços.-----

----- Desejava que o bom trabalho continuasse, que pudessem desenvolver e aprofundar o Parque José Gomes Ferreira, a Quinta do Narigão e o parque hortícola Aquilino Ribeiro Machado, para que continuassem a ser locais aprazíveis e disponíveis para todos.-----

----- Tinha-se visto, nesse dia, a publicação a respeito do projeto “Do Céu Para a Mesa”, da operação da estufa vertical, que se encontrava no Parque Aquilino Ribeiro Machado, mas perguntava quando se iria desenvolver essa estrutura que foi escrita como inovadora, e concordava, de facto foi inovador. Saber para quando existiria o alargamento da valência das hortas em redor da estufa vertical, um projeto que podia ser



desenvolvido, eventualmente, por delegação de competências, para alargamento daquelas valências que eram muito procuradas por todos.-----

----- No restante espaço, uma coisa que já tinham falado na anterior reunião a respeito da valorização do parque infantil no Parque José Gomes Ferreira, eventualmente com valências adaptadas, uma vez que tinha espaço e era estruturante da cidade.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Vogal Tomás Gonçalves** foi-lhe concedida.-----

----- **Vogal Tomás Gonçalves** disse que, relativamente ao Parque José Gomes Ferreira, como bem falara o Membro da CDU, era um CDC que relevava a manutenção corrente do espaço.-----

----- No plano de atividades previa-se e estavam a tentar negociar com a Câmara Municipal de Lisboa o CDC específico, se a Câmara entendesse que a Junta tinha competência para o efeito, ou que a Câmara pudesse fazer obras mais estruturais, nomeadamente no que tocava aos caminhos pedonais, que como todos sabiam, estavam com algumas carências. Também uma manutenção mais estrutural e por vezes com substituição do material e equipamento desportivo.-----

----- O tema do parque infantil também preocupava e tinha que ser revisto, já não ia com manutenção corrente e precisava de uma intervenção mais estrutural. Também a iluminação aplicada à fauna e à flora.-----

----- Existiam uma série de valências, também a arborização. Estava-se a trabalhar com uma empresa privada que se propôs fazer uma plantação no âmbito do programa de sustentabilidade, que esperava pudesse ser uma realidade a partir de setembro, quando as condições climáticas o permitissem. Havia essa preocupação, essa visão de futuro, estava no plano de atividades como uma preocupação da Junta de Freguesia.-----

----- Quanto ao valor do CDC para os anos subsequentes, até ao final do mandato, como o Membro José Ferreira sabia bem, esse valor até superava os gastos da manutenção do lote 6 e, portanto, era um CDC positivo para a Junta de Freguesia.-----

----- Relevava o facto de só ter sido pago de 2020 e 2021 pelo atual Executivo da Câmara Municipal de Lisboa. Não foram os serviços, era uma decisão política, só foi cabimentado em 2022 e percebia a questão em relação à inflação, mas era um CDC bastante positivo para a Junta de Freguesia, porque o valor que a Câmara transferia para a Junta era superior ao custo da manutenção corrente do Parque José Gomes Ferreira, Quinta do Narigão e parque hortícola.-----

----- Em relação à expansão da estufa vertical e dessa valência no parque hortícola, existia um projeto pago pela Junta de Freguesia, no passado, para a extensão, na envolvente da estufa vertical, para estufas na horizontal. Esse projeto tinha um valor de cerca de 115 mil euros, mais IVA, e estava-se a tentar trabalhar com a Câmara Municipal a apresentar o projeto, ver se a Vereação mantinha o interesse em fazer essa expansão e, se fosse o caso, fazer um CDC ou ser a própria Câmara Municipal a executar esse projeto, ou outro adaptado aos interesses do Município e também da Freguesia.-----

----- Tendo pedido a palavra o **Membro José Ferreira (PS)** foi-lhe concedida.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que foi apresentado à Câmara Municipal um estudo prévio para a iluminação de alguns caminhos. Certamente estaria nos arquivos da Junta e podia ajudar o trabalho para que essa valência pudesse ser desenvolvida.-----

----- Agradecia os elogios do Vogal Tomás Gonçalves aos dotes da negociação dos valores com a Câmara Municipal, uma vez que esse e outros protocolos, de facto, conseguiam superar os custos. Agradecia o elogio por isso.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 122/2022, relativa à celebração da Segunda Adenda ao Contrato de Delegação de Competências celebrado entre o Município**

de Lisboa e a Freguesia de Alvalade em 10 de outubro de 2014, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

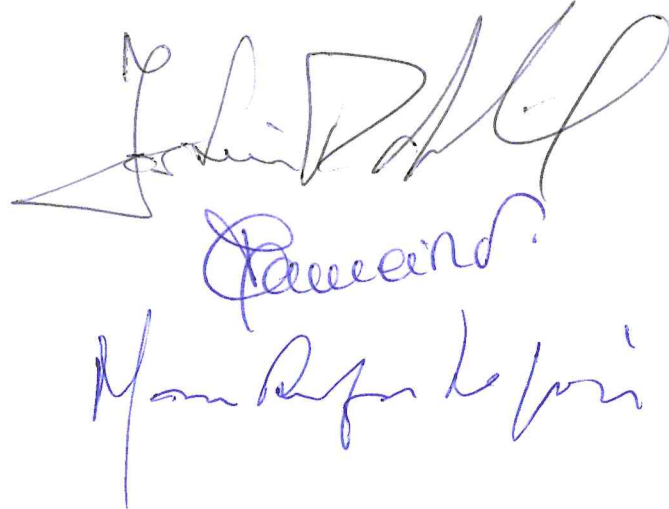
----- Submeteu à votação a **Ata em minuta referente à presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram zero horas e dois minutos do dia nove de julho de dois mil e vinte e dois. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----



Parecendo
Manoel de Jesus